

DEPUTADO ESTADUAL

EDUARDO SUPLICY

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MANDATO:
DE 03/2023 A 03/2026

POR UM ESTADO DE SÃO PAULO MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO

Sumário

03 Apresentação

05 Renda Básica de Cidadania

15 Cannabis Medicinal

21 Trabalho, Renda, Cooperativismo e Economia Solidária

31 População em situação de rua

37 Política de Drogas e Cracolândia

41 Segurança Pública

50 Direitos Humanos e Diversidade

60 Imigrantes

69 Habitação e Reforma Agrária

76 Meio Ambiente

83 Educação e Cultura

90 Atendimentos

94 Orçamento Público e Emendas Parlamentares

99 Compromissos

102 Atividades parlamentares

108 Expediente

Apresentação

É com imensa satisfação que apresento esta publicação, reunindo as principais realizações do meu mandato entre março de 2023 e março de 2026 como deputado do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo. Mais do que um relatório, este documento é um testemunho da dedicação incansável de toda uma equipe unida pela luta por justiça social e dignidade para todas as pessoas.

Retornei a esta Casa, onde dei meus primeiros passos na política, em 1979, com o coração cheio de alegria e entusiasmo, impulsionado por uma votação histórica: fui o candidato mais votado para deputado estadual, com 807.015 votos. Uma confiança tão grande só poderia me mover ainda mais profundamente na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Ao longo desses três anos, enfrentei alguns desafios de saúde, mas nada foi capaz de diminuir meu envolvimento direto nas causas que guiaram minha trajetória. Atuei em 11 áreas prioritárias: Renda Básica de Cidadania, Cannabis Medicinal, Trabalho, Renda, Cooperativismo e Economia Solidária, População em Situação de Rua, Política de Drogas e Cracolândia, Segurança Pública, Direitos Humanos e Diversidade, Imigrantes, Habitação e Reforma Agrária, Meio Ambiente, e Educação e Cultura, entre outros temas transversais que se mostraram relevantes para a população do nosso estado. Tudo isso só foi possível graças ao empenho de toda minha equipe e da minha companheira, Mônica Dallari, que me apoiaram durante essa jornada.

Meu gabinete sempre manteve as portas abertas, e assim continuará, para ouvir, compreender e atender às necessidades das cidadãs e dos cidadãos do estado de São Paulo. Com esse mesmo espírito colaborativo, sigo em diálogo constante com movimentos e organizações da sociedade civil, parceiros fundamentais no enfrentamento dos muitos desafios que ainda temos pela frente.

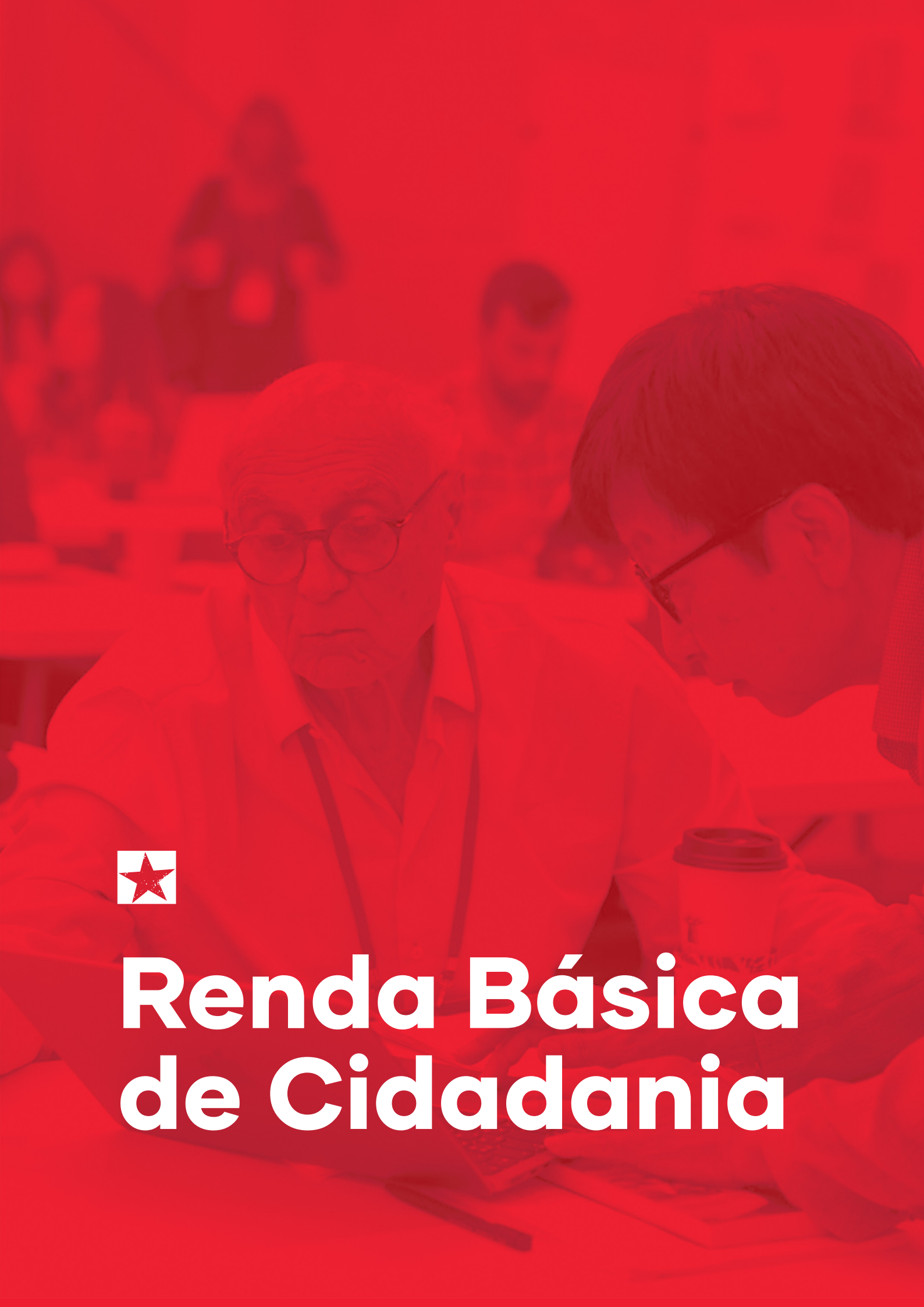
Naturalmente, diante de tudo o que foi realizado, foi preciso fazer escolhas, e algumas ações cotidianas ficaram de fora deste registro. Uma prova de que fizemos um trabalho que superou nossas expectativas, sempre guiados por um propósito maior.

E é esse propósito que me conecta ao meu maior sonho e à marca de toda a minha vida pública: a luta pela implantação, no estado de São Paulo e no Brasil, da Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional para garantir, de fato, liberdade e dignidade a cada pessoa.

Boa leitura!

O abraço





Renda Básica de Cidadania

Renda Básica de Cidadania

Há décadas na vanguarda da luta pela Renda Básica de Cidadania no Brasil, o deputado Eduardo Suplicy transformou o mandato em espaço de avanços concretos, atuando simultaneamente nas frentes estadual, municipal e nacional.

No âmbito estadual, o parlamentar foi o responsável pelo lançamento e coordenação da **Frente Parlamentar pela Implementação da Renda Básica de Cidadania** na ALESP, tendo a deputada Marina Helou como vice-coordenadora e reunindo mais de vinte parlamentares de diversos partidos.





A partir de audiências públicas com pesquisadores, gestores e sociedade civil, foram construídas as diretrizes do **Projeto de Lei 991/2025**, que institui a **Política Estadual de Renda Básica de Cidadania** em consonância com a Lei Federal 10.835/2004. O processo contou com ampla participação de integrantes da Rede Brasileira de Renda Básica e com consulta pública aberta à sociedade.

Na capital paulista, a parceria com a vereadora Luna Zarattini impulsionou o PL 107/2023, projeto de autoria do deputado Eduardo Suplicy do tempo em que exerceu o mandato de vereador. A proposta, que institui a **Renda Básica de Cidadania na cidade de São Paulo**, foi aprovada em primeira votação em agosto de 2025 e segue em tramitação na Câmara Municipal.

Em nível nacional, foi constituído em 2024, junto ao Conselhão, um Grupo de Trabalho para estudar a transição gradual do Bolsa Família para uma Renda Básica Universal. O grupo elaborou relatório propondo, como primeiro passo, o Benefício da Criança e do Adolescente, com valor de R$637,00 mensais, a ser universalizado até 2028.

Por iniciativa do deputado Eduardo Suplicy e em parceria com a Rede Brasileira de Renda Básica, foi conquistada uma cadeira para a entidade no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, hoje ocupada por sua presidenta, Paola de Loureiro Carvalho.

Outro resultado de articulação, o documento "**Pilares de um Projeto de Nação"**, lançado pelo Conselhão em dezembro de 2025, passou a incluir entre suas ações prioritárias a implementação de uma Renda Básica de Cidadania integrada ao sistema de proteção social universal, com foco em dignidade, segurança de renda e liberdade de escolha para toda a população.





O deputado atuou intensamente na promoção da Renda Básica de Cidadania (RBC) em diversas frentes entre 2023 e 2026. No campo da articulação interestadual, representou a ALESP em audiências públicas em Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, além de participar de eventos acadêmicos e culturais no Rio de Janeiro, incluindo lançamentos de livros e palestras em universidades.

Nas iniciativas legislativas, protocolou projetos relevantes na ALESP, como **a criação da linha da pobreza em São Paulo** (aprovada em 2024, mas vetada pelo governador), uma PEC com princípios fundamentais para o estado e um projeto que vincula pareceres legislativos aos objetivos constitucionais da república de combate às desigualdades.

Em termos de difusão e debate, ministrou palestras em conferências da OAB, universidades (UFRN, UFF, Unicamp, USP) e institutos como o CEBRAP, abordando temas que vão da igualdade racial à inteligência artificial e à transição ecológica.

O mandato também financiou pesquisas concretas: uma sobre condições de vida digna em Heliópolis e outra, em andamento até 2027, sobre o papel da renda na proteção dos direitos humanos e territoriais de povos originários e comunidades tradicionais em São Paulo.

Atuação Internacional

Ao longo do mandato, Suplicy consolidou também um papel de liderança no debate internacional sobre a Renda Básica Universal, representando o Brasil em eventos de alcance global.

Em 2023 e 2024, representou a ALESP no **22º e no 23º Congresso Internacional da BIEN**, Rede Mundial de Renda Básica, realizados na Coreia do Sul e na Inglaterra, respectivamente. Em ambas as ocasiões, foi convidado como *keynote speaker*, apresentando ao mundo os avanços e o debate brasileiro sobre o tema, e fortalecendo os laços diplomáticos e intelectuais do Brasil com os países participantes.



Ainda em 2024, esteve presente no **I Congresso Latino-Americano da Renda Básica Universal**, em San José, na Costa Rica, que reuniu mais de 200 participantes de 10 países latino-americanos, além de especialistas da Europa, Estados Unidos e Índia. Em sua exposição, o deputado resgatou a trajetória da Renda Básica Universal na própria história da humanidade.



Renda Básica: o Brasil no centro dos debates em 2025

No final de agosto de 2025, a Renda Básica ganhou holofotes especiais nas cidades de Maricá e Niterói (RJ), em um momento em que o tema vem ressurgindo como solução frente a importantes desafios do nosso tempo: a aceleração da automação, as transformações radicais impostas pela inteligência artificial e a crescente precarização das relações de trabalho.




BIEN
Congress 2025
INCOME
LIDARITY
OMY
BIEN
BASIC INCOME &
SOLIDARITY ECONOMY
New Horizons for Social Protection
BRAZIL
FAPERJ
CAPES
MARICÁ
Síntese
Eduardo Matarazzo Suplicy

O palco da discussão foi o **24º Congresso Internacional da BIEN (Rede Mundial de Renda Básica)**, sediado nas duas cidades. Logo na abertura do evento, o presidente da BIEN, Sarath Davala, enfatizou a urgência do tema com um forte enunciado: "A renda básica é uma necessidade, não é mais uma utopia, e o nosso papel é a política da esperança".

A partir da parceria entre a Rede Brasileira de Renda Básica e a Universidade Federal Fluminense, o congresso reuniu 415 participantes de cerca de 45 países e de todas as regiões do Brasil, sob o tema **"Renda Básica e Economia Solidária: novos horizontes para a proteção social"**.

A discussão trouxe ao Brasil nomes como o filósofo belga Philippe Van Parijs, além do presidente da BIEN, Sarath Davala, da vice-presidente, a holandesa Hilde Latour, do britânico Guy Standing, entre tantos outros especialistas.

A ampla participação não só garantiu a profundidade dos temas, mas também deu ao evento um caráter verdadeiramente global e nacional. A escolha da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, como sede parcial, reconheceu a produção acadêmica do Brasil na área, especialmente a do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE/UFF).

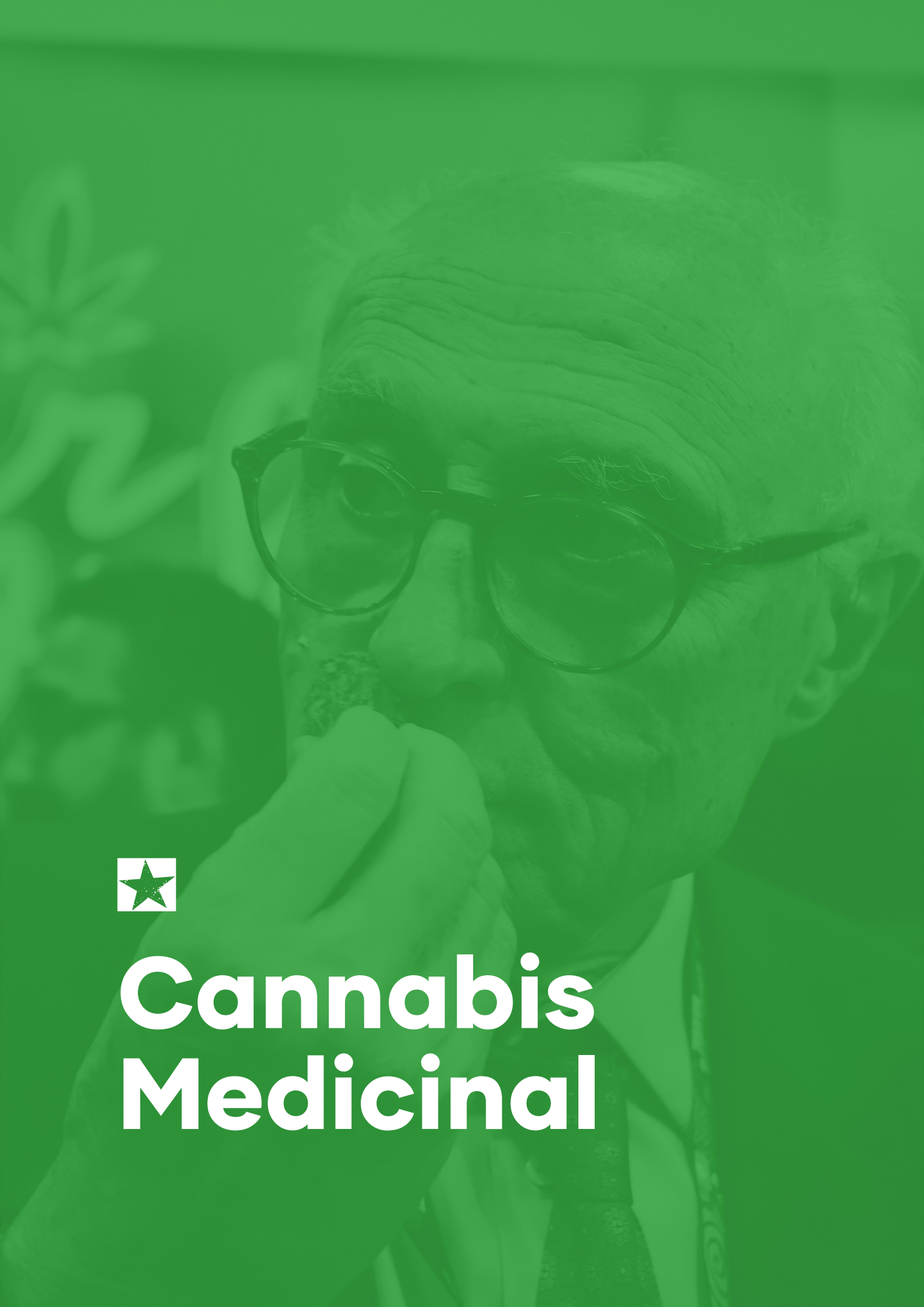
Todos os debates deixaram um legado inspirador. A troca de conhecimentos revelou que, em todo o mundo, há iniciativas que provam que a "utopia" da renda básica é cada dia mais realista e poderosa. Como ressaltou o economista e professor da Universidade de Louvain, Philippe Van Parijs, "Acredito que a renda básica se tornará inevitável. Assim como o voto universal ou o fim da escravidão, parecerá óbvia quando acontecer".

“

Acredito que a renda básica se tornará inevitável.

Assim como o voto universal ou o fim da escravidão, parecerá óbvia quando acontecer.”

Philippe Van Parijs



Cannabis Medicinal

Cannabis Medicinal[1]

No dia 28 de janeiro, na primeira reunião do ano de 2026 na Anvisa, o deputado Suplicy participou da audiência pública histórica, com representantes de 28 associações de pacientes, em que foi aprovada por unanimidade a regulamentação do cultivo e da produção de cannabis medicinal em solo brasileiro. Depois de 10 anos de busca de diálogo pelas associações, finalmente abriu-se o debate através de um *sandbox* (arranjo regulatório experimental) na Anvisa, uma decisão considerada histórica.

A atuação do deputado na causa começou em 19 de setembro de 2023, com a participação em audiência pública sobre a regulamentação da cannabis para fins medicinais e terapêuticos da Câmara dos deputados, em Brasília, quando tornou público o diagnóstico de doença de Parkinson e o uso do óleo extraído da cannabis em seu tratamento. Aos 82 anos, o objetivo foi abrir o debate sobre a importante e necessária regulamentação da produção de cannabis medicinal no Brasil, como já fazem as mais de 350 associações terapêuticas, que nasceram do desespero de mães em busca de tratamento para seus filhos.

Ao longo desse processo, **Suplicy compartilhou sua experiência com o uso de extratos de cannabis rico em THC** (Δ9-tetrahidrocanabinol), uma trajetória que ajudou a desmistificar o

[1] Redação com apoio da jornalista Mônica Dallari

perfil do usuário e ampliar o alcance do debate sobre regulamentação no Brasil. Em dois anos e meio, realizou uma atuação consistente e plural na defesa do uso terapêutico da cannabis, combinando presença parlamentar, articulação federativa, produção legislativa e engajamento público.

O deputado deu ênfase no reconhecimento das associações de pacientes e familiares em prol da cannabis. Destacou a importância dessas entidades e sua capacidade de cultivar, produzir extratos, reverberar informações e ampliar o acesso através de tratamentos humanizados. Como resultado, foram apresentadas novas resoluções, entre elas a que contempla um arranjo experimental regulatório para as associações, o *sandbox*. Estas medidas certamente irão mudar a forma de acesso à cannabis no Brasil.

Na relação com o Executivo federal, foram realizadas mais de 10 reuniões com agentes públicos, como com os ministros da Saúde, Alexandre Padilha e Nísia Trindade; da Agricultura, Carlos Fávaro; da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira; do Desenvolvimento Social, Wellington Dias; do Trabalho, Luiz Marinho; das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; com o secretário Nacional de Economia Solidária, Gilberto Carvalho; a secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça, Marta Machado, além dos diretores e presidentes da Anvisa no período e várias equipes de assessores técnicos.

Pela primeira vez, por intermédio do deputado Suplicy, no dia 6 de janeiro de 2026 representantes das mais de 350 associações de pacientes foram recebidos no Palácio do Planalto pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos.

No plano Legislativo, o mandato protocolou o projeto sobre o **Dia da Cannabis Terapêutica no Estado de São Paulo**, além de ser vice-coordenador da **Frente Parlamentar da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial do Estado de São Paulo**, que contou com 15 reuniões. Em parceria com o deputado Caio França, coordenador da Frente Parlamentar, realizaram-se três editais de emendas parlamentares, contemplando universidades públicas, institutos de pesquisa, associações canábicas, organizações de cultura e redução de danos, prefeituras e outras entidades.

Uma emenda parlamentar do mandato do Suplicy também beneficiou a Prefeitura de Ribeirão Pires, que em parceria com a associação Flor da Vida, de Franca (SP), instituiu o primeiro ambulatório público de acesso à cannabis medicinal no estado de São Paulo.

Em Brasília, articulou com deputados e senadores, participando de audiência pública com o presidente da Câmara dos deputados, Hugo Motta, e atuando com o mandato da senadora Mara Gabrilli no debate de seu projeto no Senado.

No Judiciário, acompanhou o julgamento do RE 635.659 no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o porte de maconha para uso pessoal. Deu total apoio às associações vítimas de invasões policiais, como a Santa Gaia, em Lins (SP), atuando junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Também interagiu junto aos TJ-SP para reaver o acesso às páginas de mais de 70 associações de pacientes suspensas por decisão unilateral da rede social Instagram, de propriedade da Meta.

No diálogo social, visitou associações de pacientes em São Paulo,

Franca, São Vicente, Marília, Bragança Paulista, Itupeva, Olinda e Niterói. Participou de audiências públicas e dialogou com parlamentares de Campinas, Araraquara, Praia Grande, Ribeirão Pires, Porto Alegre, Natal, Curitiba, Brasília, Fortaleza, Recife, Florianópolis, Rio de Janeiro, entre outras. Esteve na 18ª Marcha da Maconha/SP e em feiras como a Expocannabis, PopCann, Híbrido, Intercannabis e ExpoABC.

Proferiu palestras em instituições como a EACH, a Faculdade de Direito e a ECA, na USP, além de participar de atividades na UNESP, UNICAMP e OAB, entre outras. Além de dezenas de entrevistas concedidas diariamente, contribuiu para o debate em podcasts como o CBDcast, o Erva Livre, o Saindo da Estufa, o Roda Verde e o Podcast da Dignidade. Suplicy também prestigiou o lançamento do filme A Planta de Beto Brant.




FRENTE PARLAMENTAR DA
CANNABIS MEDICINAL
DO CÂNHAMO INDUSTRIA


Inauguração da 1ª Clínica Pública
de Cannabis Medicinal do Brasil
PREFEITO
GUTO VOLPI
VICE-PREFEITA
RUBENS FERNANDES
Secretário de Saúde e Presidente
Clovis Volpi
Presidente da Associação Flor de Vida
Enor Machado de Morais
VEREADORES
19 DE MARÇO DE 2025



Trabalho, Renda, Cooperativismo e Economia Solidária

Trabalho, Renda, Cooperativismo e Economia Solidária

Catadores e resíduos sólidos

O deputado tem histórico de atuação em defesa dos catadores de materiais recicláveis, causa que se conecta à luta pelos mais vulneráveis, em especial a população em situação de rua, que normalmente depende da coleta de recicláveis para sobreviver.



Ao longo dos três anos de mandato, Eduardo Suplicy participou ativamente de eventos com catadores e de ações integradas ao mandato da vereadora Luna Zarattini, incluindo o **Grupo de Trabalho "Direitos dos Catadores e Catadoras da Cidade de São Paulo"**, criado na Câmara Municipal (CMSP).

O GT teve como objetivo pressionar pela inclusão dos catadores na revisão do chamado "contrato do lixo", processo realizado em 2024. O mandato esteve presente em reuniões do grupo, em eventos na CMSP e no ato contra a renovação da concessão.

Apesar dessas mobilizações, o contrato com as empresas Ecourbis e Loga foi renovado por 20 anos, tornando-se um dos mais caros da Prefeitura de São Paulo, sem diálogo e sem consulta pública.

O deputado também atuou como mediador entre a Prefeitura e duas cooperativas em situação de vulnerabilidade: a Mofarrej, expulsa do espaço em que trabalhava, e a Coopamare, que enfrentava ameaças de despejo.



Suplicy tornou-se coautor do **Projeto de Lei nº 416/2024**, de autoria da deputada Marina Helou e do deputado Luiz Cláudio Marcolino, que institui a **Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PEPSAU)**.



Associação Parque do Gato

A ARPARGA, associação formada por catadores de materiais recicláveis, solicitou ao deputado apoio para estruturar o espaço físico, que se encontrava em condições precárias. O mandato articulou reuniões com membros da associação, além da vereadora Luna Zarattini e do SP Coopera, resultando na formalização da entidade como cooperativa, incubada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET).

Em parceria com o mandato da vereadora, foi encaminhado pedido formal de cessão do terreno para a **Cooperativa Parque do Gato.**

Cooperativas Ibirapuera e Urbia

Desde 2000, o deputado mantém uma relação próxima com as Cooperativas de Ambulantes do Ibirapuera (Coopevapi e Coopevapisp). Apoiou sua fundação e vem atuando continuamente em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Com a privatização do Parque do Ibirapuera em 2020, Suplicy garantiu a inclusão da permanência dos ambulantes no contrato de concessão, negociado com o então prefeito João Doria. A concessionária Urbia, responsável por definir as condições de trabalho, levou anos para apresentar uma proposta, mas quando ela chegou, no início de 2023, mostrou-se incompatível com a realidade dos ambulantes.

A pedido dos cooperados, o deputado passou a intermediar as negociações. Em agosto de 2023, reunião com a vereadora Luna Zarattini resultou no compromisso da Urbia de revisar os termos. Foi elaborado um contrato alternativo baseado na legislação municipal, encaminhado à Secretaria de Verde e Meio Ambiente, que nunca respondeu.





A Urbia ignorou as sugestões e pressionou os trabalhadores até que, no final de 2024, eles assinaram o contrato. Poucos meses depois, voltaram a buscar o mandato para questionar os pontos mais problemáticos, mas até o momento nenhuma alteração foi feita.

Em defesa dos trabalhadores ambulantes

O deputado tem atuação de longa data em defesa dos trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo. Entre as principais ações do mandato, destacam-se:

Destinação de emenda parlamentar ao DIEESE para mapeamento inédito do perfil socioeconômico dos ambulantes da cidade de São Paulo, lançado no início de março de 2026. O estudo revelou dados inéditos sobre perfil socioeconômico, tempo de trabalho, informalidade, interesse em regularização e impacto da violência institucional sobre a renda e a saúde dos trabalhadores, representando um marco para a construção de políticas baseadas em evidências.





Participação no Fórum dos Ambulantes e intermediação de reuniões com subprefeituras e secretarias municipais, com destaque para a reunião com o subprefeito da Sé para tratar das demandas dos ambulantes da região da Sé. A pauta da reunião foi o recadastramento dos ambulantes que já possuem TPU (Termo de Permissão de Uso), que estava sendo realizado pela Subprefeitura, e tiveram as licenças cassadas.

Diante da escalada de violência policial contra ambulantes no Brás, especialmente contra trabalhadores negros e imigrantes, o parlamentar encaminhou ofícios às autoridades competentes e **atuou ativamente pela libertação do ambulante haitiano Sainglerge Clerge,** preso após defender uma colega agredida, obtendo sua soltura em novembro de 2024.



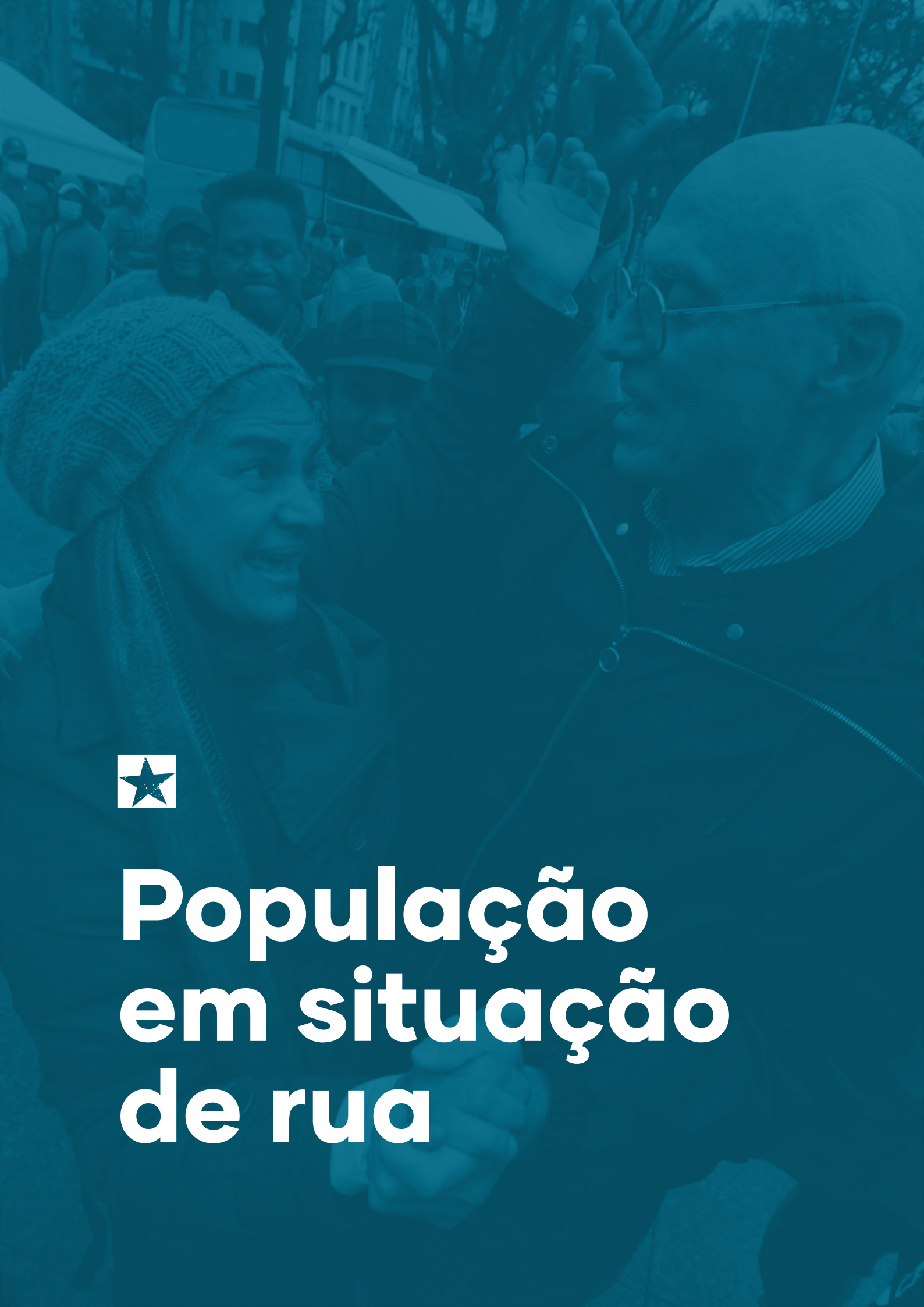
Campanha pelo Fim da Operação Delegada

Ao longo de 2025, intensificaram-se as denúncias de violência física, psicológica e institucional contra trabalhadores ambulantes no território do Brás, associadas à atuação da Polícia Militar no âmbito da Operação Delegada. O ponto mais extremo desse cenário foi o assassinato do trabalhador senegalês Ngagne Mbaye em 11 de abril, durante fiscalização na Rua Joaquim Nabuco, caso que revelou uso desproporcional da força e uma prática sistemática de repressão contra trabalhadores informais, acompanhado de perto pelo mandato.

Em resposta, o mandato teve papel central no lançamento da **Campanha pelo Fim da Operação Delegada**, reunindo organizações da sociedade civil, movimentos de ambulantes e entidades de direitos humanos. A campanha atuou em mobilização social, articulação política, produção de dados e acompanhamento jurídico, com atos públicos e audiências na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal.

A sistematização de denúncias sobre violência, extorsão, apreensões ilegais e abordagens abusivas, cruzada com dados da Ouvidoria da Polícia do Estado, confirmou que a repressão constitui uma política institucionalizada. Entre as conquistas, destacam-se os **plantões da Defensoria Pública no Brás** e a **visita da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos ao território**.

No campo legislativo, o mandato apresentou o **Projeto de Lei 1382/2025**, que institui um Pacto Estadual para que os municípios possam aderir voluntariamente a uma política de tratamento justo, humanitário e não criminalizante aos trabalhadores ambulantes, com apoio técnico e prioridade no acesso a convênios, capacitação e recursos estaduais, em contrapartida ao compromisso com diretrizes de direitos humanos, regularização da atividade e prevenção da violência institucional. Além disso, protocolou o **PL 1277/2025**, regulamentando a atuação de policiais militares paulistas em operações realizadas por meio de convênios com outros entes federativos (como municípios), estabelecendo requisitos como adesão voluntária, uso obrigatório de câmeras corporais, capacitação em direitos humanos, restrições ao uso de armas de fogo e afastamento automático de agentes envolvidos em confrontos.



População em situação de rua

População em situação de rua



O monitoramento das políticas públicas para a população em situação de rua é um dos eixos centrais do mandato. O contexto é grave: dados de janeiro de 2026 apontam quase 151 mil pessoas nessa condição no estado, 101 mil apenas na capital, um crescimento de 87% desde 2022. Na contramão desse aumento, os governos estadual e municipal seguem sem respostas à altura.

Legislação e monitoramento

O deputado acompanha a aplicação de duas leis municipais de sua autoria: a Lei nº 17.252/2019, que consolidou a Política Municipal para a População em Situação de Rua e instituiu o Comitê PopRua, regulamentada após pressão pelo Decreto nº 62.149/2023, e a Lei nº 17.923/2023, que instituiu a Política de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, regulamentada pelo Decreto nº 63.439/2024, aquém do negociado com o Grupo de Trabalho. Ambas seguem sendo fiscalizadas pelo mandato.

No âmbito estadual, o deputado pressiona pela regulamentação completa da **Lei nº 16.544/2017**, que institui a **Política Estadual para a População em Situação de Rua**. Houve avanço parcial com o Decreto nº 70.085/2025, que regulamentou apenas o capítulo referente ao Comitê de monitoramento.

Projetos de Lei protocolados

PL nº 509/2024, que institui o Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua (19 de agosto)

PL nº 843/2024, que institui o Dia Estadual de Combate à Aporofobia (4 de outubro)

PL nº 1004/2025, que prevê penalidades administrativas para atos de aporofobia

PL nº 132/2026, que propõe gratuidade de todas as refeições do Programa Bom Prato

Fiscalização e articulação

O mandato integra o **Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da População em Situação de Rua** e a **Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua e do SUAS**.

Em 2024, o deputado participou da CPI sobre o tratamento dado a essa população, protocolando 10 requerimentos. A assessoria também acompanha regularmente as visitas a equipamentos e audiências públicas no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, a convite da vereadora Luna Zarattini.





Nos últimos anos, o mandato tem denunciado o desmonte da política municipal, com o fechamento de serviços como o Autonomia em Foco, os Núcleos de Convivência Casa Franciscana e de Santo Amaro, o Núcleo São Martinho de Lima e o Centro de Acolhida São Leopoldo, acionando o Ministério Público em conjunto com a vereadora Luna Zarattini e, em 2023, também com a deputada federal Erika Hilton.





Em 2025, a Defensoria Pública obteve liminar do Tribunal de Justiça impedindo o fechamento de hotéis sociais sem planejamento adequado, ação na qual o mandato contribuiu com dados e denúncias.

O deputado também acompanha o descumprimento pela Prefeitura de São Paulo da decisão do STF na ADPF 976, de agosto de 2023, que reconheceu o "estado de coisas inconstitucional" da população em situação de rua, proibiu remoções forçadas e determinou planos de atendimento humanizado. Suplicy participou de Audiência Pública convocada pelo próprio STF para debater o tema.

Nas emendas parlamentares, o mandato destinou recursos a projetos como o Centro de Acolhida para Gestantes via Amparo Maternal, o projeto cultural Memórias de Rua via Associação Rede Rua e ações de saúde mental via Sefras.





Política de Drogas e Cracolândia

Política de Drogas e Cracolândia

Eduardo Suplicy tem atuado de forma consistente na defesa de uma política de drogas baseada nos direitos humanos, na redução de danos e na justiça social, tanto nos espaços institucionais quanto nos territórios diretamente afetados.

No plano institucional, o mandato acompanhou as reuniões ordinárias dos **Conselhos Municipal e Estadual de Políticas sobre Drogas (COMUDA e CONED)**, apoiando conselheiros que resistem às tentativas dos governos municipal e estadual de esvaziar e enfraquecer as atividades dessas instâncias. O gabinete também articulou uma reunião suprapartidária entre deputados para discutir as políticas de redução de danos, com apresentação de nota técnica para embasar os mandatos sobre o tema, e acompanhou o julgamento do Recurso Extraordinário 635.659 no Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional a criminalização do porte de maconha para uso pessoal.

No plano federal, Suplicy fez frente junto a senadores em torno dos impactos negativos que a aprovação da PEC 45 pode trazer às pessoas que usam drogas, sobretudo os menos favorecidos economicamente. O deputado ainda propôs e discutiu amplamente com toda a sociedade, inclusive com o prefeito de São Paulo, seu projeto de lei para a criação de espaços de uso seguro de substâncias psicoativas. Protocolou ainda os projetos de lei da **Política de Redução de Riscos e Danos** e do dia da redução de

danos. O mandato participou ativamente de sete reuniões da CPI sobre a "Epidemia de Crack" na Assembleia Legislativa, incluindo sessão em Santos, contribuindo com requerimentos para a oitiva de especialistas e ativistas da área.



Cracolândia

A atuação em relação à Cracolândia foi marcada por engajamento técnico, político e territorial. O mandato integrou o **Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) da Cracolândia**, contribuindo diretamente para a elaboração do Relatório Final, que sistematizou diagnósticos, dados e recomendações sobre a situação das pessoas em uso problemático de substâncias psicoativas na região central de São Paulo.







O gabinete também organizou o lançamento oficial do relatório na Câmara Municipal, promovendo o diálogo entre poder público, academia e sociedade civil, e apoiou um segundo lançamento no Teatro de Contêiner, iniciativa que divulgou o conteúdo e abriu espaço de escuta qualificada com movimentos sociais, usuários e organizações de base.



Após a operação policial que dispersou o chamado "fluxo" da Rua dos Protestantes, o mandato atuou na denúncia do desaparecimento e da migração forçada de dezenas de pessoas, evidenciando os impactos da dispersão no acesso à saúde e à assistência social. A posição do deputado foi clara: ações baseadas exclusivamente na repressão ampliam vulnerabilidades e desorganizam as redes de cuidado construídas ao longo do tempo.

Suplicy ainda prestigiou o lançamento do **Centro de Memória às Vítimas de Violência do Estado** promovido pelo Movimento Mães de Maio e pela Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas. Também participou do lançamento de dois Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social, organizados respectivamente pelo Coletivo Div3rso da Unifesp – Campus Baixada Santista e pelo Centro de Convivência É de Lei.



Segurança Pública

Segurança Pública

A segurança pública é um dos maiores desafios do estado de São Paulo. Desde o início do governo Tarcísio de Freitas, observa-se um aumento significativo das mortes por intervenção policial e a intensificação de práticas abusivas e desproporcionais, especialmente contra jovens negros e periféricos.

Paralelamente, o governo estadual tem adotado medidas que enfraquecem os mecanismos de transparência e controle externo da atividade policial, como a Ouvidoria da Polícia e o uso adequado das câmeras corporais.

Atuação legislativa

Como **integrante da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários**, o parlamentar atuou para qualificar políticas públicas, denunciar abusos e fortalecer os mecanismos de controle das polícias. No triênio 2023/2025, foi **relator de dez Projetos de Lei e de 31 Moções**.

Em **defesa da Ouvidoria da Polícia**, alvo de sucessivos ataques do governo estadual, o mandato destinou emenda voluntária para sua estruturação, prestigiou o lançamento de seu Relatório de Atividades e encaminhou representação ao Procurador Geral de Justiça contra a Resolução SSP nº 66, que criou uma ouvidoria paralela em afronta à Lei Complementar nº 826/1997 e aos princípios constitucionais.



Violência Policial na Baixada Santista: atuação legislativa e denúncia de violações

O mandato integrou a missão interparlamentar e de organizações sociais que **acompanhou as Operações Escudo e Verão na Baixada Santista**. Essa articulação resultou na elaboração de três relatórios de monitoramento de violações de direitos humanos, entregues ao Procurador-Geral de Justiça sob o protagonismo da sociedade civil. O mandato também participou da organização da Audiência Pública sobre o tema na Faculdade de Direito da USP.



Em 2024, o mandato acompanhou o sepultamento de Ryan da Silva Andrade Santos, de apenas 4 anos, morto durante operação da Polícia Militar no Morro São Bento, em Santos. Na ocasião, presenciou-se um cenário de "operação de guerra" e táticas de intimidação policial contra a comunidade e familiares.

A tragédia da família é reincidente: o pai de Ryan, Leonel Andrade dos Santos, também foi morto pela polícia sob a justificativa de troca de tiros durante as operações que vitimaram mais de 80 pessoas entre julho de 2023 e abril de 2024. O deputado Suplicy já havia prestado apoio à mãe de Ryan, Beatriz, em missão anterior realizada no mesmo ano.

Considerando inadmissível a presença ostensiva da Polícia Militar em velórios de suas próprias vítimas, prática que configura desrespeito à dor das famílias e intimidação comunitária, Suplicy, em conjunto com as deputadas Ediane Maria e Paula Nunes, protocolou uma Representação no GAESP (Ministério Público de SP) solicitando a investigação das condutas militares para apuração dos abusos cometidos no Morro São Bento durante o velório e sepultamento de Ryan e responsabilização institucional para investigação da conduta do Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite.

Suplicy também apoiou o pedido de impeachment do governador Tarcísio de Freitas e do Secretário Guilherme Derrite, apresentado pela Frente Povo Negro Vivo, motivado pela escalada da letalidade policial: de 460 mortos em 2023 para 673 em 2024, a maioria negros.









Fiscalização, combate à tortura e controle da atividade policial

Em parceria com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o gabinete realizou duas **visitas de fiscalização a serviços públicos**.

No campo do controle social da atividade policial, o mandato participou de atos e caminhadas em Paraisópolis e subscreveu a carta-manifesto "**Paraisópolis Exige Respeito**". O mandato também integra o **Fórum Popular de Segurança Pública e Políticas de Drogas,** que atua no monitoramento legislativo e na incidência orçamentária para reduzir gastos com repressão e ampliar investimentos em políticas preventivas. Nessa linha, participou do Seminário "Repensando a Guerra às Drogas", na USP, e de debates sobre o uso de câmeras de reconhecimento facial, cobrando regulamentação e controle efetivo dessas tecnologias.

Audiências públicas

O mandato propôs e organizou duas audiências públicas sobre violência de Estado. A primeira tratou da criminalização das manifestações democráticas, após episódios de prisões arbitrárias ocorridos em 2023, durante a votação do projeto de privatização da Sabesp, e em 2024, quando jovens protestavam contra o aumento da tarifa de transporte.

Nas duas ocasiões, o mandato do Suplicy acompanhou os

jovens manifestantes no Distrito Policial e esteve presente nas audiências de custódia. A violência policial voltou a ocorrer na ALESP durante a votação do projeto das Escolas Cívico-Militares. Na ocasião, o próprio deputado foi atingido por spray de pimenta ao tentar conter a ação policial.

A segunda audiência, realizada no Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura, tratou da importância da memória e da verdade, e reafirmou o **compromisso de Suplicy com a criação do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em São Paulo**.

Sistema Prisional

São Paulo tem o maior sistema prisional do país, com mais de 200 mil pessoas privadas de liberdade em 182 unidades, marcadas pela superlotação, precariedade e violação de direitos fundamentais.

O mandato articulou reuniões com organizações sociais, com o Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública e com o MNPCT, acompanhou inspeções em unidades prisionais e cobrou, em todas as oportunidades, a criação urgente do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Em junho de 2025, o mandato integrou **missão de inspeção à Penitenciária de Parelheiros**, após denúncias de falta de acesso à saúde, racionamento de água e surto de doenças, irregularidades confirmadas in loco e encaminhadas ao Condepe.

Suplicy é autor do **PL nº 621/2024**, que institui o **Programa Estadual de Assistência Funerária Complementar para pessoas que morrem sob tutela do Estado em unidades prisionais**.

Com cerca de 500 mortes por ano no sistema paulista, o projeto garante comunicação aos familiares e traslado do corpo para velório e sepultamento dignos. O mandato também acompanha o Plano Estadual de Políticas Penais de São Paulo, elaborado em resposta ao Plano Pena Justa homologado pelo STF, participando de audiências públicas, formações e reuniões com a sociedade civil para monitorar sua implementação. Participou também do Grupo de Trabalho sobre população egressa coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Sistema socioeducativo

A principal preocupação do mandato nessa área foi o avanço da parceria público-privada na Fundação Casa. Suplicy participou de reuniões com organizações sociais, realizou audiência pública em 2024 e participou do Seminário de Enfrentamento às PPPs no Sistema Socioeducativo em 2025. A atuação do mandato reafirma o compromisso com a proteção integral e a garantia de direitos de crianças e adolescentes em medidas socioeducativas.



Direitos Humanos e Diversidade

Direitos Humanos e Diversidade

A defesa dos direitos humanos exige presença ativa nas comissões legislativas, nas ruas, junto às famílias e nos espaços nos quais as políticas são debatidas e decididas. O mandato traduz esse compromisso em ações concretas: da participação em comissões à escuta direta de vítimas de violência, passando pela aprovação de projetos de lei e pelo engajamento em conferências e encontros nacionais.

Atuação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDD)

Ao longo do mandato foram convocadas 33 reuniões da **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**, das quais apenas 10 foram realizadas, números que reforçam a necessidade da participação legislativa ativa para garantir que os projetos em tramitação na Assembleia Legislativa sejam efetivamente discutidos. Suplicy presidiu a CDD entre os anos de 2023 e 2024 e fez questão de convidar pessoalmente os deputados membros da Comissão. A maior parte das convocações foram realizadas neste período. Já em 2025, como membro da Comissão, o deputado esteve presente em 6 das 7 reuniões do período. Três sessões alcançaram quórum e deliberaram sobre 20 projetos de lei ou moções. Como presidente, o parlamentar não podia ser relator de projetos, porém, em 2025, foi relator de 28 projetos e moções.

Projeto de Lei 1473/2023 Disque-Denúncia para comunidades terapêuticas

O mandato obteve a aprovação unânime, na Assembleia Legislativa, do **PL 1473/2023**, que institui um Disque-Denúncia para fiscalizar comunidades terapêuticas. Diante do veto do Governador, o deputado solicitou formalmente sua derrubada, reafirmando o compromisso com a fiscalização e a proteção dos direitos humanos.

Encontros, conferências e memória democrática

O mandato marcou presença no **Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz**, onde foram debatidos direitos humanos e humanitarismo no Brasil, e na Conferência Livre de Direitos Humanos para o Vale do Paraíba em 2025, etapa preparatória para a 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. O deputado participou ainda de uma emocionante homenagem ao **Padre Ticão**, figura histórica na defesa de políticas inclusivas e progressistas.

Em 2025, o mandato acompanhou o lançamento da Bancada de Direitos Humanos da ALESP e integrou o Projeto EnfrentAção da UNIFESP, voltado à escuta de mães e familiares de vítimas da violência de Estado. Esteve presente na entrega de mais de cem certidões de óbito retificadas de mortos e desaparecidos

políticos da ditadura e fez a **entrega do Colar de Honra ao Mérito Legislativo a Vladimir Herzog**, *in memoriam*, nos 50 anos de seu assassinato em uma cerimônia emocionante em defesa da memória e da democracia.



Luta LGBTQIA+

A atuação na defesa dos direitos LGBTQIA+ combina presença constante nos espaços institucionais, engajamento direto com o movimento e apoio a iniciativas culturais que afirmam identidades e preservam memórias.

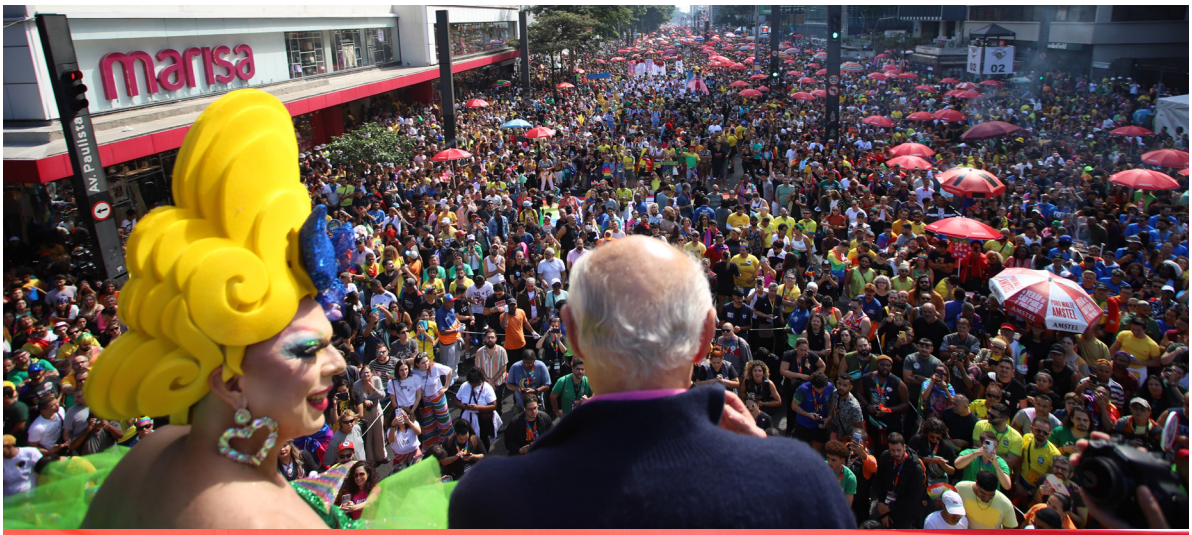
Logo após a posse, Suplicy integrou a **Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População LGBTI+**, coordenada pelo deputado Guilherme Cortez, e participou das Paradas do Orgulho LGBT+ de São Paulo em todos os anos, reiterando seu compromisso com a construção de políticas para a comunidade na Assembleia.


FRENTE PARLAMENTAR
LGBTI+


FRENTE PARLAMENTAR
LGBTI+
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO


FRENTE PARLAMENTAR

O deputado participou de audiências públicas sobre casas de abrigo e acolhimento para pessoas LGBTQIA+, sobre empregabilidade na administração pública, convocada pelo Ministério Público do Trabalho, e sobre o avanço da LGBTfobia. Esteve na Caminhada Trans no Largo do Arouche, no Jogo da Inclusão promovido pelo One Pride e integrou o Trio de Abertura de uma das edições da Parada do Orgulho. Ano após ano, sua presença na Parada reafirma um compromisso que antecede o mandato atual.





Suplicy foi patrono da **Primeira Conferência Municipal do CONLGBT de São Vicente**, onde destacou a importância da Renda Básica para a população LGBT+. Participou do Ato Solene do Orgulho na ALESP, indicando para ser homenageada Mikaella Reis Freire, profissional de saúde com mais de 16 anos de atuação na ONG Casarão Brasil.



Na interseção entre cultura e resistência, o deputado promoveu diálogo com Mariana Herzer e a artista Shi Menegat sobre o legado de Anderson Herzer, jovem trans que afirmou sua identidade dentro da FEBEM durante a ditadura militar, buscando viabilizar a reedição do livro "A Queda para o Alto" e a preservação de seu acervo. Prestigiou ainda o espetáculo homônimo no Teatro West Plaza e a peça Antígona Travesti, de Renata Carvalho, reafirmando o entendimento do mandato de que a arte é também espaço de resistência e memória trans.

Além disso, em todos os anos Suplicy enviou emendas parlamentares com foco na população LGBTQIA+, como, por exemplo, para a Prefeitura de Diadema visando à melhoria do atendimento à população LBGTQIA+ nos serviços de saúde, atividades culturais e para a organização Casarão Brasil que atende pessoas trans, entre outras.



Povos Indígenas

Ao longo do mandato, Suplicy manteve atuação contínua em defesa dos direitos dos povos indígenas, com ênfase na luta pelo território Guarani Mbyá na capital paulista.

Em 2023, recebeu lideranças Guarani Mbyá da Terra Indígena Jaraguá para tratar de um pedido de emenda parlamentar, em parceria com o grupo Chão e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Escola da Cidade. No mês seguinte, participou de um ato público em defesa do direito de manifestação dos Guarani do Jaraguá, em repúdio à repressão da Tropa de Choque da Polícia Militar contra uma manifestação ocorrida em 30 de maio, quando um protesto de indígenas bloqueou a Rodovia dos Bandeirantes para se manifestar contra o Marco Temporal.

No plano institucional, **Suplicy enviou o ofício ao Ministério da Justiça, reiterando o pedido da Comissão Guarani Yvyrupa pela demarcação das terras Guarani**. O ofício foi respondido com a informação que a Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC) já havia sido encaminhada à Casa Civil com proposta de decreto homologatório, e que outros territórios no estado de São Paulo, como Boa Vista do Sertão do Promirim, Amba Porã, Ka'aguy Mirim, Pindoty/Araça-Mirim, Guaviraty, Tapyi/Rio Branquinho, Djaikoaty e Peguaoty, estavam em diferentes fases de análise jurídica e demarcatória.

O deputado ainda apoiou com emenda um projeto do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina que é executado pela Fiocruz em cooperação com as lideranças indígenas do território. O projeto desenvolve ações de promoção

da saúde mental indígena e prevenção ao suicídio junto à juventude Guarani Mbya, no litoral norte de São Paulo. O mesmo apresentou como resultado o fortalecimento da rede de atenção e na articulação com a Prefeitura de Ubatuba, a SESAI, o SUS e o SUAS.

Em relação à ampliação da Terra Indígena (TI) Jaraguá, Suplicy esteve **presente na Cerimônia de Homologação do Acordo de Ampliação da TI Jaraguá**, realizada em 2025, com a presença da ministra Sônia Guajajara e representantes do governo estadual. Na ocasião, Suplicy discursou e foi lembrado por sua atuação em 2015, quando, como Secretário Municipal de Direitos Humanos, atuou diretamente para evitar uma reintegração de posse, articulando o diálogo entre os Guarani, a Funai, a AGU, a Polícia Militar, o então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, o prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin. O processo resultou na publicação da Portaria nº 581, de 29 de maio de 2015, que reconheceu a ampliação do território indígena, conquista que a cerimônia de 2025 veio, enfim, homologar.





Imigrantes

Imigrantes

A defesa dos direitos de migrantes e refugiados é uma marca da atuação do deputado Suplicy. Em São Paulo, essa população enfrenta violações graves, da violência policial à detenção arbitrária, da dificuldade de acesso a serviços públicos à discriminação no trabalho. Suplicy acompanhou casos emblemáticos e atuou junto a famílias, organizações civis e órgãos públicos.






Migrar, resistir e viver com dignidade são direitos humanos
17ºMARCHA
DOS IMIGRANTES
E REFUGIADOS



Casos Marcantes

Falilatou Stelle Sarouna, mulher negra togolesa, teve sua identidade roubada para abertura de contas usadas em golpes. Presa de forma traumática, obteve Habeas Corpus após seis meses e aguarda decisão na 2ª instância. O mandato acompanhou seu julgamento, realizou audiência pública e interveio junto à Caixa para bloquear saques irregulares do seu Bolsa Família.

Talla Mbaye, senegalês, morreu em abril de 2024 após a Polícia Militar arrombar seu apartamento sem mandado. Suplicy participou de atos públicos e realizou audiência junto a integrantes da SOS Racismo, o que motivou a criação de um Grupo de Trabalho sobre migração na Assembleia.





FOTO: REPRODUÇÃO

Aeroporto de Guarulhos: em 2024, centenas de migrantes ficaram retidos em condições precárias, sem acesso a banho, atendimento médico ou alimentação adequada. O falecimento do ganês **Evans Osei Wusu**, retido mesmo gravemente enfermo, escancarou a ausência de protocolos humanitários. A Nota Técnica nº 18/2024 agravou o cenário ao impedir solicitações de refúgio em trânsito. O mandato atuou por ofícios, visita no aeroporto, articulação institucional e defesa pela revogação da medida.

Sainglerge Clerge, haitiano preso no Brás em agosto de 2024 durante fiscalização do comércio ambulante, permaneceu em prisão preventiva por três meses apesar de ser réu primário com situação regular. O mandato acompanhou o caso junto à Defensoria Pública, advogados e organizações civis, até que o STJ concedeu Habeas Corpus reconhecendo a desproporcionalidade da medida.



Amin: Mohammad Amin Akbari, afegão do povo Hazara, perseguido pelo Talibã, chegou ao Brasil em junho de 2023 com mãe e irmãs e buscou apoio do gabinete para reunir o restante da família, em risco nos conflitos armados do Afeganistão. Após contatos com a Embaixada do Brasil em Teerã, e com articulação do mandato junto à Defensoria Pública da União, ao Ministério das Relações Exteriores e à organização Estou Refugiado, seus familiares chegaram ao Brasil no final de 2025.

Incêndio na Praça da República (abril de 2025): mais de 150 famílias migrantes ficaram desabrigadas. O mandato atuou junto às Secretarias de Assistência Social e Habitação para garantir acolhimento e auxílio moradia.

Ngange Mbaye, ambulante senegalês, foi assassinado por um policial militar no bairro do Brás, em abril de 2025, durante fiscalização. Suplicy cobrou investigação e responsabilização junto ao Consulado do Senegal, ao Ministério dos Direitos Humanos e ao DHPP.





Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) de Direitos dos Migrantes e Refugiados

Criado em 2024 por iniciativa dos deputados Eduardo Suplicy e Maurici (PT), o GTI reuniu sociedade civil, órgãos públicos, pesquisadores e as próprias comunidades migrantes.

Em 2025, seu trabalho resultou no **Projeto de Lei do Selo "Empresa Amiga do Imigrante"**, que reconhece empresas com políticas de inclusão de migrantes, com critérios objetivos, incentivos fiscais e a criação de um Observatório Paulista de Empregabilidade Migrante. Em dezembro, o GTI promoveu Audiência Pública na ALESP sobre o novo Decreto da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia.



Direitos dos Imigrantes

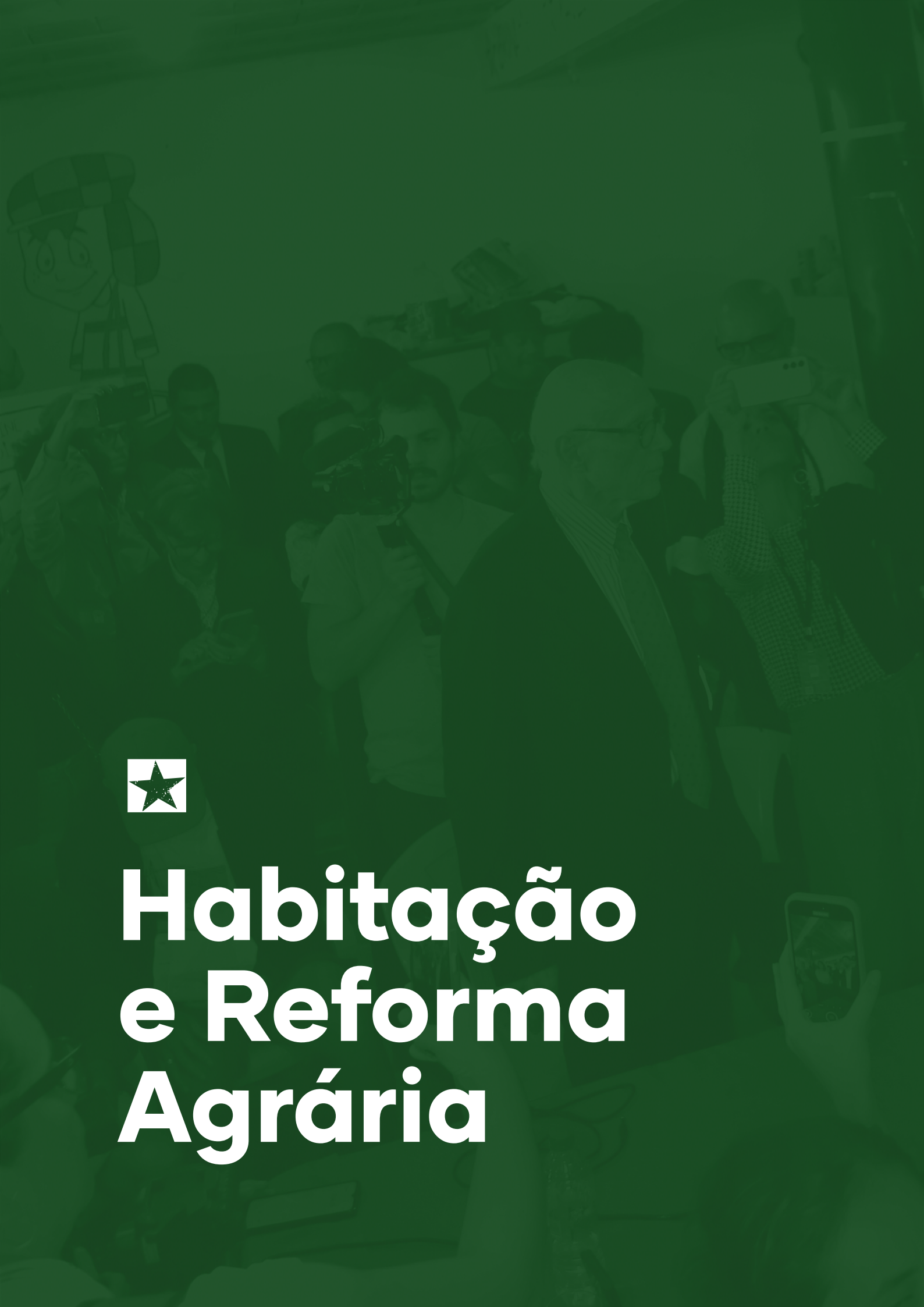
O mandato atuou em múltiplas frentes: levantamentos sobre acesso à moradia, defesa da inclusão de migrantes no Programa Superação da Pobreza, monitoramento do fechamento de centros de acolhida e do encarceramento de migrantes, além da destinação de emendas a organizações do setor.

No campo cultural, Suplicy participou do lançamento do documentário "Antes do Último Voo" e encaminhou ofício ao Ministério da Justiça pela revogação da portaria de expulsão da ativista sul-africana Nduduzo Dlamini.



CRE — Senado

Em março de 2025, Suplicy representou a ALESP no Encontro de Ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores do Senado, em Brasília. Resgatou sua atuação à frente da CRE (2003–2004) e defendeu direitos humanos, multilateralismo e cooperação Sul-Sul como pilares da política externa brasileira.



Habitação e Reforma Agrária

Habitação e Reforma Agrária

O parlamentar tem atuado de forma consistente na defesa do direito à moradia e das terras públicas no estado de São Paulo. Seu mandato esteve presente nas comunidades ameaçadas de remoção e em audiências públicas e negociações sempre priorizando a dignidade das famílias afetadas.

Remoção da Favela do Moinho

Suplicy envolveu-se diretamente na defesa dos moradores da Favela do Moinho diante das tentativas de desocupação forçada promovidas pelo Governo do Estado, que pleiteava o terreno, pertencente à União, para um novo projeto urbanístico.

Em 2024, o mandato esteve presente na SPU (Superintendência de Patrimônio da União) ao lado de defensores do Estado e da União e de integrantes da Associação da Favela do Moinho, buscando uma solução que preservasse o direito à moradia de mais de 800 famílias. No início de 2025, enquanto o mandato intermediava o pedido formal de cessão do terreno, o Governo passou a fazer incursões na favela com a CDHU, cadastrando e assediando moradores, pressionando pela remoção e oferecendo como única alternativa habitacional a carta de crédito, uma opção que endividaria muitas famílias.

Suplicy esteve presente nos protestos contra as demolições de casas promovidas pela CDHU e pela Subprefeitura da Sé, acompanhando a mobilização da comunidade, que denunciou a quebra de acordos por parte do governo estadual e o risco gerado pelas demolições em áreas ainda habitadas.



Em abril de 2025, uma audiência pública questionou o projeto de remoção da favela. Promovida pela deputada Mônica Seixas (PSOL), a reunião reuniu representantes da sociedade civil, do Legislativo e do Judiciário para debater políticas habitacionais.



Após intensa mobilização e articulação com o governo federal, chegou-se a um acordo com melhores condições habitacionais para os moradores, ainda que as remoções tenham seguido com violência policial. O deputado continua a defender que qualquer processo de remoção de famílias deve priorizar a dignidade humana e o direito à cidade, rejeitando modelos que levam a população para periferias sem infraestrutura.

Reintegrações de posse

Ao longo do mandato, o deputado realizou ao menos **21 intervenções em processos de reintegração de posse** que atingiam pessoas e movimentos que lutam pelo direito à moradia. Entre estes, atuou junto ao **Quilombo Afroguarany** e na ocupação cultural da **Casa Amarela**, e obteve êxito para que o Tribunal de Justiça prorrogasse o prazo de desocupação.

Também no **Jardim Bananal**, em Guarulhos, Suplicy articulou com a vereadora Fernanda Curti e a Defensoria Pública para evitar despejos violentos. A moradia digna sempre foi compromisso dos seus mandatos para que todas as pessoas tenham um teto sobre a cabeça.

Transferência da nova sede do Governo

Suplicy atuou diretamente na pauta da transferência da sede do governo estadual para a região central de São Paulo. A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) realizou, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), um concurso público para a concessão do novo Centro Administrativo do Estado, a ser construído no bairro dos Campos Elíseos. O projeto integra o plano de revitalização do centro da capital e prevê a reunião de secretarias, autarquias, fundações estaduais e espaços de serviços, mas também a remoção de mais de 600 famílias, sem previsão de reassentamento.

O mandato participou de reuniões com a sociedade civil e de

audiências públicas promovidas pelo governo. Suplicy empenhou-se para que a ALESP convocasse uma audiência pública com a presença do governo antes da publicação do resultado do concurso. Por questões de calendário do movimento contra a PPP da Nova Sede, a audiência não foi realizada.

Em Defesa das terras públicas no Estado de São Paulo

Suplicy teve participação relevante no debate sobre as terras devolutas no estado. Uma nova legislação autoriza o Estado a celebrar acordos para transferir terras públicas e regularizar posses em áreas devolutas; na prática, colocando à venda, a preços simbólicos, terrenos que deveriam ser destinados a agricultores familiares, em benefício de fazendeiros detentores de terras griladas.

Em resposta, o PT apresentou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.326, em 2022, com o objetivo de revogar a lei e restabelecer a destinação preferencial das terras devolutas à Reforma Agrária. **Suplicy agiu diretamente: enviou ofício e se reuniu com a ministra Cármen Lúcia, relatora da ADI, solicitando celeridade no processo, cujo avanço foi posteriormente interrompido por intervenção do governador.**





O debate ganhou dimensão pública com o ato “Em defesa das terras públicas e da democracia” , realizado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em agosto de 2023, e gerou o artigo “São Paulo não pode ter uma reforma agrária às avessas”, publicado na Folha de São Paulo em 29 de junho de 2023.



Meio Ambiente

Meio Ambiente

Essa é uma pauta essencial e transversal do mandato do deputado Eduardo Suplicy, sempre atento à relevância das questões ambientais para a cidade de São Paulo e para o estado.

O gabinete foi acionado diversas vezes para intervir em casos pontuais junto aos órgãos competentes, como a devastação ambiental causada pelo projeto de expansão do Instituto Butantan; o despejo irregular de resíduos no Córrego Galega pela empresa TQA VITTA, em Pindamonhangaba; a ameaça de construção de uma pedreira em área de proteção ambiental em Piedade; e o apoio à instalação de uma estação meteorológica em São Vicente.

Reserva Florestal do Morro Grande

Em junho de 2024, o deputado visitou a Reserva Florestal do Morro Grande para avaliar a possibilidade de criação de um Parque Estadual, a partir do contato do advogado Thiago Donnini, que trouxe esta demanda antiga pela preservação da área.






Mapa da Área de Aplicação da
Lei nº 11.428 de 2006


ETA ALTO COTIA
BARRAGEM CACHOEIRA
DA GRAÇA
Sistema Produtor Cotia
Área de proteção ambiental mananciais
Lei Municipal nº 1.172 de 1976
sabesp

Situada na Região Metropolitana de São Paulo, entre os municípios de Cotia e Ibiúna, **a Reserva possui mais de 10 mil hectares de florestas com alta biodiversidade**, mas vinha sofrendo com invasões, queimadas, caça e visitação irregular. Em seu território estão as represas Pedro Beicht e Cachoeira da Graça, responsáveis pelo abastecimento de cerca de 410 mil habitantes de Cotia, Embu, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu e Vargem Grande.

Criada pela Lei nº 1.949/1979 e tombada pelo CONDEPHAAT desde 1981, a Reserva é administrada pela Sabesp e deveria ter sido transformada em unidade de conservação pública há mais de 40 anos. Apesar de ter confirmado presença, a Sabesp não compareceu à visita e o deputado manteve o encontro com membros da Associação em Defesa da Reserva e, na sequência, encaminhou ofícios ao Tribunal de Contas do Município e à 2ª Promotoria de Justiça de Cotia, cobrando medidas jurídicas para a proteção da área.

Como desdobramento direto dessas ações, em julho de 2025 Suplicy protocolou o **PL 666/2025**, propondo a **transformação da Reserva em Parque Estadual**. O PL segue em tramitação e, em novembro de 2025, o Governo do Estado publicou o Decreto nº 70.046, acelerando a criação do Parque Estadual do Morro Grande, uma conquista significativa para a população, com participação direta do mandato.

Parque do Rio Bixiga

Suplicy mantém uma relação afetiva e de longa data com a luta pela **criação do Parque do Rio Bixiga**, estreitamente ligada à sua amizade com José Celso Martinez Corrêa, fundador do Teatro

Oficina, e ao engajamento de movimentos da sociedade civil.

O projeto do Parque, localizado no bairro da Bela Vista, no centro de São Paulo, prevê uma área verde de aproximadamente 11 mil m², a renaturalização de parte do rio soterrado para conter enchentes, além da criação de uma área de lazer para promover educação ambiental e atuar como um "pulmão" cultural entre os Teatros Oficina e outros polos culturais do bairro.

Durante seu último mandato como vereador na Câmara Municipal de São Paulo (2019–2022), Suplicy criou um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria SGM 270, de 23 de setembro de 2022, para analisar os entraves à criação do parque. Também apresentou, em articulação com a sociedade civil, o PL 877/2021, aprovado em primeira votação já após o fim de seu mandato, graças à mobilização do movimento e à atuação da vereadora Luna Zarattini.



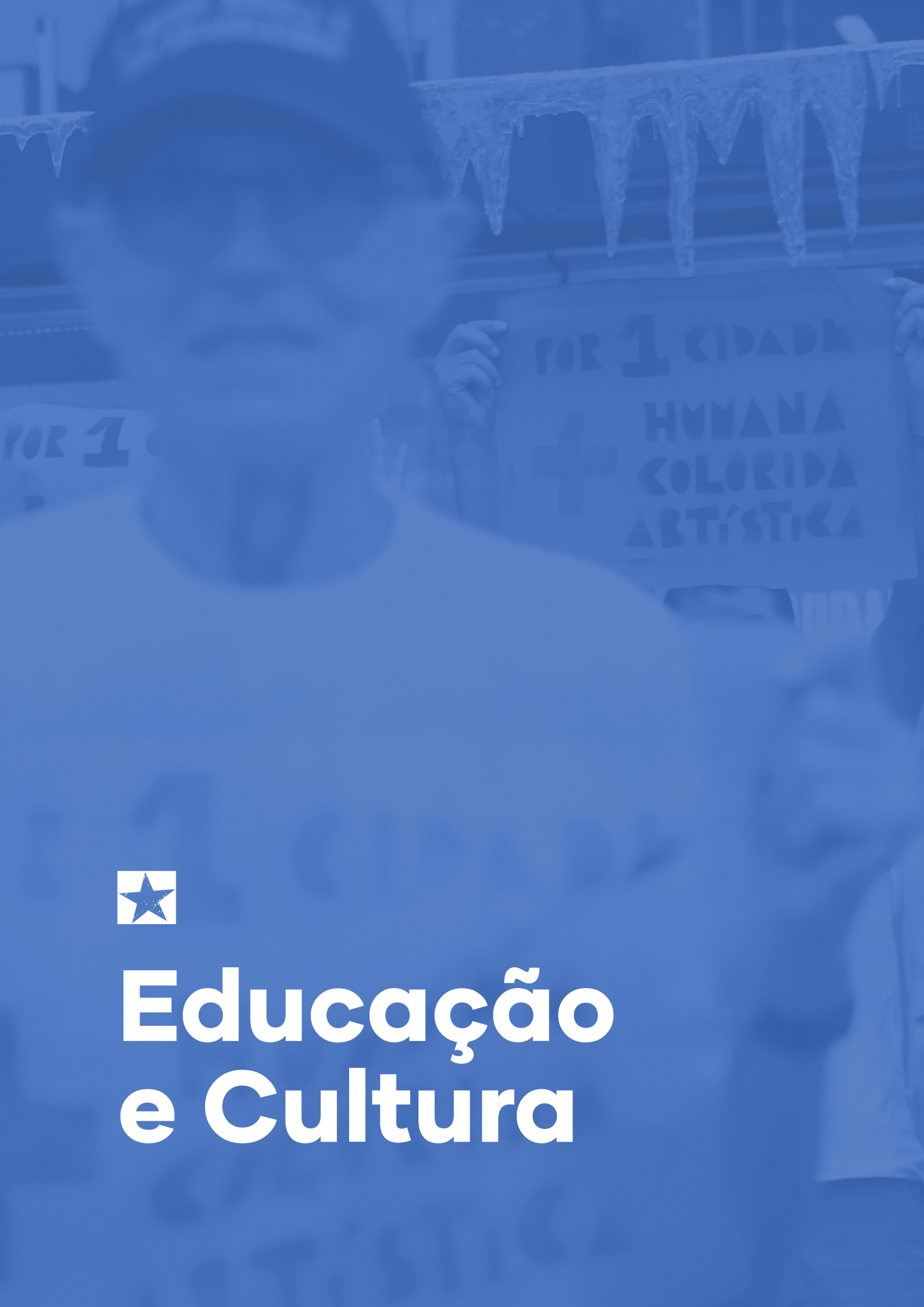


O projeto ganhou novo impulso com a proposição do PL do Executivo nº 222/2024, que incluiu o Parque do Rio Bixiga no Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo. Aprovado pela Câmara Municipal em 21 de maio de 2024, o texto foi sancionado pela Prefeitura como Lei nº 18.157/2024. A iniciativa resultou de uma articulação entre o Ministério Público, a Prefeitura de São Paulo e a Universidade Nove de Julho (Uninove). Em março de 2024, a Justiça homologou um acordo de R$1 bilhão entre as partes, com parte dos recursos destinada ao parque.





Em setembro do mesmo ano, a Prefeitura adquiriu o terreno e anunciou a realização de um concurso público, em parceria com o IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil, para a elaboração do projeto urbanístico. Um edital deve ser lançado em breve.



Educação e Cultura

Educação e Cultura

Educação

O posicionamento do parlamentar em relação à educação é pautado pela defesa intransigente do ensino público, gratuito e de qualidade e da valorização dos professores e dos demais profissionais da área.



Em todos os espaços da ALESP, **Suplicy se posicionou contrário à PEC 09/2024, que reduziu em 5% o piso mínimo constitucional de investimento em educação**. Junto à bancada do PT, o deputado combateu a proposta, alertando que o corte representava um retrocesso direto para a qualidade do ensino público paulista e agrava as já precárias condições das escolas estaduais e universidades. A medida, contudo, foi aprovada em plenário.

O parlamentar também manteve postura crítica em relação aos projetos de Parceria Público-Privada (PPP) na educação, que preveem a transferência da gestão de escolas estaduais para a iniciativa privada. Para Suplicy, esse modelo representa uma ameaça à autonomia das instituições de ensino e ao protagonismo de professores, funcionários e estudantes nas decisões pedagógicas e administrativas. A privatização da gestão escolar, em sua avaliação, subordina a educação à lógica do mercado, comprometendo seu caráter universal e seu papel transformador na vida das comunidades.

Destaca-se que Suplicy é coautor da Lei Estadual nº 18.058/2024, de autoria da deputada Marina Helou, que proíbe o uso de dispositivos eletrônicos por alunos em unidades escolares (públicas e privadas), visando a melhoria do ambiente pedagógico e da saúde mental. Essa Lei, já em vigor, tem sido bem avaliada por todas as pessoas envolvidas: docentes, famílias e os próprios alunos e alunas.

Suplicy também vem atuando fortemente na defesa do ensino público de qualidade, combatendo e denunciando o sucateamento do Centro Educacional de Educação Tecnológica Paula Souza, das Escolas Técnicas (ETECs) e das Faculdades de Tecnologia (FATECs). O deputado também tem se posicionado em defesa da instalação do campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) na cidade de Americana, e se envolveu no tema da segurança do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, o CRUSP.

Cultura

Defensor das artes como direito fundamental e política pública

estruturante, o parlamentar tem sido presença constante em estreias de teatro, cinema e exposições, prestigiando artistas e reafirmando que a cultura é parte indispensável de uma sociedade mais igualitária.



Essa proximidade se traduz em ação política concreta: a defesa de espaços culturais ameaçados, o apoio aos trabalhadores da arte e o combate a medidas que restringem o acesso da população à expressão artística e cultural. Além disso, **grande parte das emendas parlamentares do deputado foram direcionadas a projetos culturais.**

Demolição do Teatro Vento Forte

Em fevereiro de 2025, a Prefeitura de São Paulo demoliu, sem

nenhum aviso prévio, as dependências de um teatro e de uma escola de capoeira no Parque do Povo, localizado na zona oeste. Suplicy esteve na manifestação contra a grave ação da Prefeitura, que ocorreu no local poucos dias depois.

Despejo e demolição do Teatro de Contêiner Mungunzá

Suplicy acompanhou e se posicionou publicamente no conflito entre a Prefeitura de São Paulo e o Teatro de Contêiner Mungunzá, reconhecendo o espaço como equipamento cultural fundamental para a produção artística, acolhimento e debate público no centro da cidade.

O parlamentar foi mediador das demandas das lideranças do Teatro junto aos órgãos do Governo do Estado e da Prefeitura para impedir ações de despejo imediatistas e reintegrações de posse que ameaçavam a continuidade das atividades do grupo no território, mesmo com a agenda de eventos planejada no 2º semestre de 2025.





Além da articulação política, o deputado dedicou esforços na Assembleia Legislativa para garantir a viabilidade financeira do projeto. Em seus pronunciamentos, Suplicy destaca que o Teatro de Contêiner transformou um espaço anteriormente ocioso em polo de cidadania.

Seu aniversário realizado no local simbolizou o compromisso do mandato com os coletivos artísticos e os movimentos urbanos, reforçando a defesa da cultura como política pública e instrumento de inclusão social.

Em defesa dos artistas de rua e dos artesãos

No segundo semestre de 2023, o deputado foi acionado por artesãos da Avenida Paulista impedidos de expor seus trabalhos, em desrespeito à Lei nº 15.776/2013. O mandato realizou reuniões com os artesãos e participou de audiência pública na Câmara Municipal.

No início de 2025, Suplicy esteve ao lado dos artistas de rua em ato na Avenida Paulista para garantir o cumprimento da Lei dos Artistas de Rua e da Paulista Aberta, diante das repreensões promovidas pela Subprefeitura da Sé. O mandato enviou ofício à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa e abriu canal de diálogo com o Subprefeito da Sé, reunindo coletivos como o MAR_SP, o Projeto Artistas na Rua e o SATED-SP, além de diversos artistas.


POR 1 CIDADE
+ HUMANA COLORIDA ARTÍSTICA


POR 1 CIDADE
+ HUMANA COLORIDA ARTÍSTICA


POR 1 CIDADE
+ HUMANA COLORIDA ARTÍSTICA

Atendimentos

Ao longo dos três anos de mandato, o gabinete do deputado Suplicy realizou um total de **2.470 atendimentos**, acompanhados do envio de **1.163 ofícios**, registrando a presença constante de cidadãos que buscam apoio para enfrentar desafios concretos do cotidiano paulista.

A classificação das demandas por temas revela uma concentração expressiva em torno de questões que traduzem os problemas mais significativos do estado. A saúde figura como a principal preocupação: pedidos de apoio para a realização de consultas, exames médicos, internações e cirurgias, com destaque para as longuíssimas filas de espera, as dificuldades no fornecimento de medicação de alto custo e o atendimento inicial de casos oncológicos.

Na sequência, as questões de moradia mobilizam muitos cidadãos que relatam aguardar há anos por uma unidade habitacional popular sem perspectiva de atendimento. Há também relevante demanda ligada a processos de reintegração de posse em ocupações.

A proteção social aparece como terceiro grande eixo, com solicitações que vão desde vagas de pernoite até acolhimento fixo em Centros de Acolhida 24 horas, além de problemas relacionados ao CadÚnico e ao cancelamento indevido do Bolsa Família.

O INSS concentra demandas sobre a dificuldade de agendar

perícias, obter o BPC e se aposentar, bem como as frequentes barreiras de acesso ao aplicativo "Meu INSS". Por fim, a orientação jurídica em matéria trabalhista e previdenciária também representa uma necessidade recorrente entre os atendidos.

2023	2024	2025
267 Ofícios	**498** Ofícios	**398** Ofícios
1265 Atendimentos	**738** Atendimentos	**467** Atendimentos

A seguir, alguns casos que exemplificam os atendimentos feitos pelo gabinete ao longo do triênio:

Idoso preso

Em outubro de 2024, o gabinete soube do caso de um senhor de 80 anos preso por descumprir medida cautelar (deixar de assinar no Fórum após a pandemia), sem saber da obrigação por ser analfabeto. Apesar do acionamento da Defensoria Pública, o idoso ficou detido por mais de quatro meses. Em fevereiro de 2025, foi

absolvido pela própria juíza, que reconheceu que ele não havia compreendido a determinação.

Germano

Em setembro de 2025, fomos acionados pela Associação Rede Rua e pelo Consultório na Rua sobre o caso do Germano Pinheiro, morador de rua diabético e com mobilidade reduzida, que faleceu no dia 24 daquele mês, próximo ao metrô Brás. Após enfrentar burocracia, o gabinete ajudou a viabilizar um enterro digno: oito dias após a morte, Germano foi sepultado em cerimônia com amigos, entidades e representantes do mandato. O caso evidencia o descaso do poder público com a população em situação de rua.

Imigrante com câncer

C., peruano de mais de 20 anos no Brasil, em situação de rua e com diagnóstico confirmado de carcinoma basocelular nodular desde junho de 2024, aguardava cirurgia sem previsão. O gabinete pressionou a Secretaria de Saúde por quatro meses, com base na Lei Federal nº 12.732/2012, que garante início de tratamento oncológico em até 60 dias após o diagnóstico. A cirurgia foi realizada em janeiro de 2025.

Crianças ciganas

Duas crianças ciganas foram separadas da família por uma

decisão baseada em preconceito cultural de uma assistente social e do Conselho Tutelar. O Ministério dos Direitos Humanos solicitou atuação do gabinete, que articulou a Defensoria Pública do Estado e estabeleceu contato direto com o serviço de acolhimento para esclarecer as especificidades culturais da comunidade. A juíza responsável decidiu pelo retorno das crianças ao lar.

Gianluca

Gianluca, 15 anos, aguardava há mais de um ano por cirurgia para tratar de escoliose idiopática, período em que o desvio da coluna agravou-se de 53° para 79°. O gabinete encaminhou ofício à Secretaria de Saúde solicitando prioridade no caso e, dias depois, a família foi informada da data e local para a realização do procedimento.

Ataxia de Friedreich

A paciente Ataxia de Friedreich, portadora de uma doença rara, genética e progressiva que afeta o sistema nervoso e a coordenação motora, procurou o gabinete para interceder pela incorporação do medicamento Skyclarys ao SUS. Trata-se da primeira terapia aprovada pela ANVISA para o tratamento específico da doença, cujo custo pode chegar a US$32 mil mensais. O mandato acionou o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e a ANVISA, obtendo respostas que indicam a redução dos prazos de análise pela CMED, etapa necessária para a liberação do medicamento no SUS.

Orçamento Público e Emendas Parlamentares

No estado de São Paulo, os deputados dispõem de dois instrumentos para destinar recursos públicos à população: as **emendas parlamentares impositivas** e as **transferências voluntária**s.

O mandato Suplicy orienta a escolha de parceiros e projetos por diretrizes temáticas como respeito aos direitos humanos, combate às desigualdades, transparência, eficiência do gasto público e diversidade de públicos atendidos, com atenção especial a temas como combate à pobreza e à fome, saúde, assistência social, cultura, população em situação de rua, migrantes, população LGBTQIAPN+, trabalhadores ambulantes, meio ambiente, pesquisas em Universidades, entre outros. O deputado também separou parte de suas indicações para os editais da Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial.

As **emendas impositivas** são aprovadas anualmente pela Assembleia Legislativa junto ao orçamento do estado e de execução obrigatória pelo Poder Executivo. Por determinação legal, metade dos recursos deve ser sempre destinada a ações de saúde pública.

Esses recursos financiam políticas públicas oferecidas diretamente pelo poder público ou em parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, sempre alinhadas aos instrumentos de

planejamento estadual. O objetivo é complementar iniciativas que atendam às demandas territoriais identificadas pelos mandatos parlamentares junto às suas bases.

Já as **transferências voluntárias**, também chamadas de indicações, integram as despesas discricionárias do Governador e, por isso, não têm execução obrigatória. Dependem de autorização expressa do Executivo e de negociações com as bancadas partidárias, sendo pagas ao longo do ano conforme a demanda política.

Destaca-se que o deputado Suplicy recebe centenas de pedidos de emendas anualmente. O parlamentar, juntamente com sua assessoria, faz um amplo processo de avaliação e decisão das indicações.

Em razão do volume de indicações realizadas entre 2023 e 2025, ao longo deste balanço são apresentados os principais destaques do triênio, revelando a atuação do Gabinete Suplicy na aplicação dos recursos públicos. No Anexo é possível acessar a lista completa das indicações do deputado e, a seguir, um resumo de cada ano.



Emendas Parlamentares 2023

IMPOSITIVAS:

As eleições proporcionais de 2022 elegeram uma nova legislatura para ingressar na ALESP em 2023. No entanto, esses parlamentares recém-empossados em janeiro não participaram da votação do orçamento do ano anterior, em meados de dezembro, ficando, portanto, sem direito a recursos públicos de emendas parlamentares impositivas para indicação. Assim, a única modalidade possível para destinação de recursos públicos no primeiro ano de mandato foi a Transferência Voluntária.

VOLUNTÁRIAS:

No valor total de R$5.000.000,00, Suplicy fez 12 indicações para 9 municípios.

Emendas Parlamentares 2024

IMPOSITIVAS:

O valor que cada deputado pode destinar em 2024 foi de R$10.976.120,00. Suplicy indicou o total de 57 emendas parlamentares, distribuídas em 28 municípios beneficiados, em 10 das 16 Regiões Administrativas do estado paulista, demonstrando alta descentralização e capilaridade dos recursos enviados.

VOLUNTÁRIAS:

No valor total de R$5.000.000,00, Suplicy fez 8 indicações para 5 municípios.

Emendas Parlamentares 2025

IMPOSITIVAS:

O valor que cada deputado pode destinar em 2024 foi de R$12.666.278,00. Suplicy indicou 69 emendas parlamentares distribuídas em 24 municípios beneficiados, em 8 Regiões Administrativas do estado paulista.

VOLUNTÁRIAS:

No valor total de R$10.000.000,00, Suplicy fez 36 indicações para 28 municípios.

Emendas Parlamentares 2026*

IMPOSITIVAS:

O valor que cada deputado pode destinar em 2024 foi de R$13.150.351,00. Suplicy indicou 73 emendas parlamentares distribuídas em 31 municípios beneficiados.

VOLUNTÁRIAS:

No valor total de R$4.700.000,00, Suplicy fez 17 indicações para 11 municípios.

* Até o fechamento do relatório

Planejamento e Orçamento Público

Suplicy dedicou-se, anualmente, a apresentar dezenas de emendas aos projetos orçamentários e de planejamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). As emendas apresentadas visam o aperfeiçoamento do planejamento e melhor distribuição dos gastos públicos e o Suplicy sempre esteve dentre os parlamentares que mais apresentou emendas.

Seminário técnico sobre a reforma tributária

Em 2025, sob o contexto do último ano antes dos testes referentes à Reforma Tributária aprovada pelo Presidente da República Lula e então Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Suplicy quis que o tema e seus futuros impactos fossem debatidos e acessados pela população. Com isso, organizou juntamente com o ILP - Instituto Legislativo Paulista da ALESP, com apoio do deputado Maurici (PT), o Seminário "Impactos da Reforma Tributária para os estados e municípios".

O seminário contou com convidados de peso, como o ex-Ministro da Fazendo Nelson Machado, o então Secretário Extraordinário para Reforma Tributária, Bernard Appy e a professora, pesquisadora e atualmente Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Fazenda, Ursula Dias Peres.

Compromissos

Ao longo dos três anos de mandato, Suplicy manteve uma agenda intensa e diversificada, com disposição, que é marca registrada do parlamentar, para não deixar ninguém desatendido. Foram centenas de compromissos entre reuniões, eventos, atos políticos, entrevistas e viagens.

A seguir, o consolidado das agendas do triênio:

Reuniões com munícipes e entidades

387 registros de compromissos para assuntos de relevância para o município e o estado.

Renda Básica de Cidadania

124 compromissos relacionados ao tema, entre reuniões com acadêmicos, estudiosos e entidades da sociedade civil.

Entrevistas para meios de comunicação e a pedido de estudantes

118 agendas

Eventos culturais

439 agendas relacionadas às áreas de teatro, cinema e música, lançamento de livros, corridas de bairro e homenagens.

Eventos institucionais

153 compromissos, incluindo convites de entidades não-governamentais, faculdades, equipamentos públicos e solenidades para entrega de prêmios.

Atos políticos

50 participações em manifestações de reivindicação e defesa de direitos, como Marcha de Mulheres, Marcha de Mulheres Negras, atos contra prisões injustas, atos em defesa da população em situação de rua e atos partidários.

Governo, Defensoria Pública e Ministério Público

126 compromissos de reuniões e eventos com prefeito, secretários ou membros da Defensoria Pública ou Ministério Público para discussão de temas de interesse do município e do estado

Diligências

8 atividades oficiais de fiscalização do Poder Executivo, com participação de vereadores e deputados representando comissões.



Viagens Internacionais

03 viagens (Coreia do Sul, Costa Rica e Inglaterra).

Viagens Interestaduais

32 viagens (Brasília, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Ceará).

Atividades parlamentares

Na ALESP, Suplicy atua em várias frentes para garantir direitos sociais e amparar a população mais vulnerável. Seu trabalho abrange temas fundamentais como a Renda Básica de Cidadania, o combate à aporofobia, o acesso à cannabis medicinal, entre tantos outros. Essa diversidade de pautas reflete uma trajetória dedicada à justiça social e ao pleno exercício da cidadania.

29

Autoria de Projetos de Lei

112

Coautoria de Projetos

149

Requerimentos de Informação (RI) e pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI)

03

Participação em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)

2023
Epidemia do "crack"

2023
Tratamento para Transição de Gênero em Crianças e Adolescentes no HC-São Paulo (como suplente)

2024
Tratamento dado à população em situação de rua

04
Frentes Parlamentares

Coordenador **da Frente Parlamentar pela Implementação da Renda Básica de Cidadania**

Vice-coordenador **da Frente Parlamentar Cannabis Medicinal e Cânhamo Industrial**

INTEGRANTE:

Frente Parlamentar em Defesa da Economia Popular Solidária (EPS) e Cooperativismo

Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua e do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, no Estado de São Paulo

Destaques Legislativos

O mandato obteve êxito na tramitação de medidas de alto impacto social, destacando-se:

Lei Estadual nº 18.058/2024 (Coautoria): Proibição do uso de dispositivos eletrônicos por alunos em unidades escolares (públicas e privadas), visando a melhoria do ambiente pedagógico e da saúde mental.

PL nº 1357/2023: Estabelece a Linha Oficial de Pobreza do Estado de São Paulo, critério fundamental para a calibração de políticas de transferência de renda.

PL nº 1473/2023: Instituição do Disque-Denúncia específico para irregularidades em Comunidades Terapêuticas.

No que pese a aprovação por unanimidade na Casa destes Projetos de Lei, infelizmente o governador Tarcísio de Freitas os vetou integralmente. Suplicy segue solicitando que a Assembleia Legislativa coloque em pauta as derrubadas dos vetos.

Projetos em tramitação

RENDA BÁSICA E SEGURANÇA ALIMENTAR

PL 991/2025: Institui a Política Estadual de Renda Básica de Cidadania, pilar central para a erradicação da miséria no estado.

PL 132/2026: Propõe a gratuidade das refeições no Programa Bom Prato, garantindo segurança alimentar à população de baixa renda.

DIREITOS HUMANOS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PL 1004/2025 e PL 843/2024: Estabelecem sanções administrativas e o Dia Estadual de Combate à Aporofobia (rejeição a pessoas pobres).

PL 509/2024: Institui o Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua.

PL 1207/2025: propõe a isenção de imposto na transmissão "causa mortis" de imóvel vinculado à programa de habitação de interesse social.

PL 621/2024: institui o Programa Estadual de Assistência Funerária Complementar da Pessoa em Privação de Liberdade.

PL 969/2025: prevê a criação de um Memorial em homenagem a Ngange Mbaye na Estação Brás da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

SAÚDE PÚBLICA E POLÍTICA DE DROGAS

PL 176/2025 e PL 98/2024: Implementação de Espaços de Uso Seguro; Política Estadual de Redução de Riscos e Danos.

PL 1470/2023 e PL 1469/2023: Institui o Dia Estadual da Cannabis Terapêutica; Dia Estadual da Redução de Danos.

MEIO AMBIENTE

PL 1604/2023: Institui a Taxa de Preservação Ambiental - TPA como medida de mitigação de danos causados por aeronaves privadas, particulares e executivas.

PL 666/2025: Transforma em Parque Estadual a Reserva Florestal do Morro Grande.

PL 970/2025: Institui o "Dia Estadual da Agricultura Urbana e Periurbana".

TRANSPARÊNCIA E REFORMA INSTITUCIONAL

PEC 4/2025 e PL 971/2025: Obrigatoriedade de audiências públicas em projetos de relevante interesse social; Obriga o envio de representantes do Executivo a audiências públicas legislativas quando convocados.

PEC 8/2023 e PEC 7/2023: Obriga o governador a realizar pronunciamento anual sobre a situação do estado; Acrescenta princípios e objetivos fundamentais à Constituição do Estado.

PR 31/2023: determina que os pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação avaliem o cumprimento do artigo 3º da Constituição Federal (combate às desigualdades).

PL 1277/2025: Estabelece diretrizes para a atuação de policiais militares do Estado em atividades operacionais realizadas por meio de convênios com outros entes federativos.

PL 924/2024: Institui procedimentos de planejamento e transparência para a Secretaria de Segurança Pública.

DIREITOS DO TRABALHO

PL 1382/2025: Institui o Pacto Estadual de Apoio ao Comércio e à Prestação de Serviços Ambulantes no Estado de São Paulo.

PL 1265/2025: Institui o Selo "Empresa Amiga do Imigrante" no Estado de São Paulo e estabelece incentivos fiscais e subsídios às empresas que adotarem boas práticas de empregabilidade e inclusão de pessoas migrantes e refugiadas.

Bloco Fast Food (PLs 1071, 1070 e 1069/2025): Criação de canais de proteção à saúde, segurança e valorização dos trabalhadores do setor.

Para mais detalhes sobre as atividades parlamentares, acesse:

https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300693



Expediente

Coordenação Geral
Júlia Lima

Revisão e Coordenação Editorial
Júlia Lima
Larissa D'Alkimin
Glória Di Monaco

Redação
Assessoria do deputado Eduardo Suplicy

Apresentação
Eduardo Matarazzo Suplicy

Projeto Gráfico e Diagramação
Sabrina Duarte

Foto da Capa
Lucas Martins

Fotos do Miolo
Lucas Martins
Arquivo pessoal

Equipe do Mandato do deputado Eduardo Suplicy ao longo dos três anos:

Chefe de Gabinete: Larissa D'Alkimin
Coordenadora de Atendimento: Luisa Piazzi
Coordenadora Legislativa: Júlia Lima
Coordenadora de Comunicação: Joice Berth
Coordenadora de Agenda: Sandra Batalha

Assessoria Parlamentar:

Amanda Amparo
Ana Paula Leal
Ana Rafaella Flores
Cássia Yebra
Ciara Pitima
Damião Silva
Flávia Rolim
Joana Mobarah
José Vicente Kaspreski
Ligia Daher
Leandro Ferreira
Lucas Martins
Maria Angélica Comis
Marília Gabriela Silva
Marina Coutinho
Matheus Crepaldi
Mayra Balan
Nilson Hernandes
Noélia Presley
Rafael Mendonça
Renato Filev
Sérgio Cavalcante
Thiago Fraga
Valéria Beneton

Estagiários:
Beatriz Silva
Vinícius Lukanga

ANEXO

LISTA DAS INDICAÇÕES DE EMENDAS PARLAMENTARES

O anexo lista todas as emendas parlamentares (impositivas e voluntárias) do deputado estadual Eduardo Suplicy entre o período de 2023 a 2026, considerando apenas as indicações viáveis tecnicamente e as informações em ordem alfabética por municípios, contendo os beneficiários contemplados, o objeto cadastrado e o valor indicado.

2023

Transferências Voluntárias: 12 emendas - R$ 5.000.000,00

SÃO PAULO (4):

- Hospital Estadual Prof° Liberato John Alphonse Di Dio, conhecido como "Hospital Geral do Grajaú", para aquisição de equipamentos especializados para cirurgias – R$ 500.000,00

- Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, o "Hospital Municipal Campo Limpo", para a aquisição de equipamentos e mobiliários - R$ 850.000,00
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, para o Laboratório de Conforto Ambiental, Eficiência Energética e Instalações Prediais (LCAP) - R$ 350.000,00
- Hospital Santa Casa de Misericórdia, para aquisição de equipamentos – R$ 450.000,00

ASSIS (1):

- Prefeitura – Construção de ponte – R$ 250.000,00

CAMPINAS (1):

- Gastrocentro e Hemocentro da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) – R$ 400.000,00

JAÚ (1):

- Hospital Perlatti – Reforma da cozinha – R$ 300.000,00

REGISTRO (1):

- Prefeitura - Infraestrutura e Recapeamento – R$ 400.000,00

RIBEIRÃO PRETO (1):

- Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) – R$ 400.000,00

SANTO ANTÔNIO DO PINHAL (1):

- Prefeitura – Saúde – R$ 350.000,00

TATUÍ (1):

- Prefeitura - Infraestrutura e Recapeamento – R$ 350.000,00

UBATUBA (1):

- Prefeitura - Infraestrutura e Recapeamento – R$ 400.000,00

2024

Emendas Parlamentares Impositivas: 57 emendas - R$ 10.376.120,00

SÃO PAULO (23):

- Associação De Assistência À Criança Deficiente - AACD Ibirapuera - Custeio das atividades do Hospital Ortopédico, Centro de Reabilitação e Oficina Ortopédica - R$ 300.000,00
- Associação Guará De Promoção À Vida - Realização de atividades comunitárias do Projeto Trem Cultural - R$ 150.000,00
- Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco Do Beco - Matéria Poética-Sarau do Binho Circulante - R$ 50.000,00
- Associação Latino Americana De Arte E Cultura - Alac - Promoção de Integração Cultural dos Povos da América Latina - R$ 100.000,00
- Associação Rede Rua - "Memórias de Rua: população em situação de rua em São Paulo" - R$ 95.000,00
- Casa De David Tabernaculo Espirita Para Excepcionais - Custeio das atividades da Casa de David - R$ 150.000,00
- Casa De Saúde Santa Marcelina - Aquisição de equipamentos - R$ 300.000,00
- Centro De Convivência É De Lei - Arte, palestras e rodas de conversa na região da Cracolândia - R$ 150.000,00
- Centro Popular De Mídias - Território em Fluxo - R$ 300.000,00
- Coletivo Digital - Associação Para A Democratização E Acesso À Sociedade Da Informação - Casa de Formação e Criação em Cultura Digital - R$ 230.000,00
- Dieese Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Socioeconômicos - Mapeamento de trabalhadores ambulantes no município de São Paulo - R$ 300.000,00

- Espaço Cultural Pés No Chão - Divulgação e distribuição do filme documentário de longa-metragem “Ouvidor”, incluindo campanha de impacto social e exibições do filme com personagens, convidados e rodas de conversa. - R$ 140.000,00
- Iniciativa Negra Por Uma Nova Política De Drogas - Formação em Direitos Humanos e enfrentamento ao racismo - R$ 125.000,00
- Instituto De Educação E Direitos Humanos Paulo Freire - Produção de livro de memória - R$ 200.000,00
- Instituto Do Câncer Arnaldo Vieira De Carvalho - Custeio das atividades do hospital - R$ 330.000,00
- Instituto Odeon - Ampliação das atividades do Centro de Referência do Museu da Diversidade - R$ 200.000,00
- Instituto Vladimir Herzog - Portal Memórias da Ditadura: Educação e Cultura em Direito Humanos - R$ 150.000,00
- Serviço Franciscano De Solidariedade Sefras - Aquisição - R$ 50.000,00
- Serviço Franciscano De Solidariedade Sefras - Custeio - R$ 150.000,00
- Sociedade Santos Mártires - Aquisição - R$ 123.000,00
- UNAS: União De Núcleos, Associações Dos Moradores De Heliópolis E Região - Custeio - R$ 300.000,00
- USP/Universidade de São Paulo - Água e luz para todos - assessoramento técnico e acesso a direitos humanos para populações vulneráveis moradoras do centro de São Paulo no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) - R$ 120.000,00
- USP/Universidade de São Paulo - Apoio às atividades do “Sustex Moda” realizadas na Escola de Artes Ciências e Humanidades sob coordenação da Professora Francisca Dantas Mendes - R$ 155.000,00

AMERICANA (1):

- Prefeitura - Melhoria no atendimento de saúde no município - R$ 150.000,00

ARARAQUARA (1):

- Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" - Unesp - Flor da Vida: Ações e apoio técnico institucional na cadeia produtiva da cannabis em Franca na Laboratório de Farmacognosia, Departamento de Fármacos e Medicamentos, Faculdade de Ciências Farmacêuticas Unesp Araraquara sob coordenação do Prof. Dr. André Gonzaga dos Santos - R$ 100.000,00

BARÃO DE ANTONINA (1):

- Prefeitura - Ações de atenção à saúde indígena - R$ 180.000,00

BRAGANÇA PAULISTA (1):

- Irmandade Do Senhor Bom Jesus Dos Passos Da Santa Casa De Misericordia De Braganca Paulista - Custeio dos serviços de atenção hospitalar - R$ 180.000,00

CAMPINAS (4):

- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Apoio para custeio de seminário internacional em parceria com a Progressive International no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp, no âmbito do Centro de Conjuntura e Política Econômica (Cecon/Unicamp) - R$ 250.000,00
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Apoio para custeio e investimento do Instituto de Economia da Unicamp - R$ 150.000,00
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Apoio para custeio e investimento do Projeto "Economic Policy for Social Justice" (convênio 6071 firmado entre a Funcamp e a Open Society Foundations) realizado no âmbito do Centro de Conjuntura e Política Econômica (Cecon/Unicamp) - R$ 150.060,00
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Custeio e Investimento do Gastrocentro e Hemocentro da Unicamp - R$ 400.000,00

CORDEIRÓPOLIS (1):

- Prefeitura - Melhorias no atendimento nos serviços de saúde - R$ 150.000,00

DIADEMA (1):

- Prefeitura - Apoio na melhoria do atendimento à população LGBTQIA+ nos serviços de saúde - R$ 200.000,00

FARTURA (1):

- Santa Casa De Misericordia De Fartura - Apoio às atividades da Santa Casa de Misericórdia de Fartura - R$ 150.000,00

GUARULHOS (3):

- Associação Bárbara Cristina Sá - Espaço de Formação Sociocultural dos Pimentas - R$ 150.000,00
- Associação Beneficente Jesus, José E Maria - Aquisição de Equipamentos - R$ 100.000,00
- Congregacao Das Filhas De Nossa Senhora Stella Maris - Custeio das atividades - R$ 100.000,00

HORTOLÂNDIA (1):

- Prefeitura - Aquisição de dois veículos para o Programa de Atendimento Domiciliar Municipal (PADO) - R$ 200.000,00

IARAS (1):

- Prefeitura - Melhoria no atendimento de saúde no município - R$ 200.000,00

ITANHAÉM (1):

- Prefeitura - Apoio na melhoria do atendimento em saúde no município - R$ 150.000,00

ITAPIRA (1):

- Fundação Espírita Américo Bairral - Apoio à atividades do Instituto Bairral - R$ 300.000,00

JABOTICABAL (1):

- Prefeitura - Apoio na melhoria do atendimento de saúde no município - R$ 150.000,00

JANDIRA (1):

- Prefeitura - Apoio às ações de atenção básica no município - R$ 200.000,00

JAÚ (1):

- Fundação Dr. Amaral Carvalho - Custeio às ações do hospital Amaral Carvalho - R$ 270.000,00

MAIRINQUE (1):

- Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Mairinque - Custeio e investimento em saúde humana - R$ 150.000,00

MATÃO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

MAUÁ (1):

- Prefeitura - Melhoria no atendimento nos serviços de saúde - R$ 178.060,00

OURINHOS (1):

- Associação Da Santa Casa De Misericórdia De Ourinhos - Custeio complementar para cirurgias eletivas - R$ 150.000,00

REGISTRO (1):

- Instituto Para O Desenvolvimento Sustentável E Cidadania Do Vale Do Ribeira - Projeto Quintais e Cultura - R$ 150.000,00

RIBEIRÃO PRETO (1):

- USP/Universidade de São Paulo - Estruturar o Centro de Estudos em Direito e Desigualdades da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP-USP e apoio à gestão do acervo do Prof. Dalmo Dallari - R$ 300.000,00

SANTOS (1):

- Prefeitura - Custeio - ação de redução de danos - R$ 200.000,00

SÃO VICENTE (2):

- Instituto Adesaf (Articulação De Tecnologias Sociais E Ações Formativas) - Ações culturais e artísticas para o desenvolvimento da formação cidadã através do Projeto "Teto, Trampo e Tratamento" - R$ 200.000,00

- Instituto Adesaf (Articulação De Tecnologias Sociais E Ações Formativas) - Núcleo de Atenção à Saúde e Cuidados Integrativos - NASCI - R$ 200.000,00

SOROCABA (1):

- Integrar Instituição Terapeutica De Grupos De Habilitaçao E Reabilitação - Aquisição - R$ 200.000,00

TAQUARITINGA (2):

- Prefeitura - Apoio na melhoria do atendimento de saúde no município - R$ 150.000,00
- Prefeitura - Melhoria do atendimento de saúde no município - R$ 150.000,00

TATUÍ (1):

- Centro De Orientação E Serviços À Comunidade - Custeio - R$ 150.000,00

2024

Transferências Voluntárias: 8 emendas - R$ 5.000.000,00

SÃO PAULO (2):

- Secretaria de Justiça e Cidadania - Programa de Proteção à Criança e Adolescente – R$ 300.000,00
- Secretaria de Segurança Pública – Reforma da sede da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo – R$ 1.000.000,00

ARARAQUARA (1):

- Prefeitura – Saúde – R$ 900.000,00

DIADEMA (2):

- Prefeitura - Saúde – R$ 900.000,00
- Prefeitura - Saúde – R$ 200.000,00

MATÃO (2):

- Prefeitura – Infraestrutura Urbana – R$ 400.000,00
- Prefeitura – Saúde – R$ 200.000,00

MAUÁ (1):

- Prefeitura – Saúde – R$ 1.100.000,00

2025

Emendas Parlamentares Impositivas: 69 emendas - R$ 12.516.278,00

SÃO PAULO (37):

- Associação A Cidade Precisa De Você - Realização de Projeto Cultural - R$ 150.000,00
- Associação Amparo Maternal - Custeio - R$ 100.001,77
- Associação Comunitária Sócio Cultural Cisarte - Realização de Projeto Cultural - R$ 50.005,14
- Associação Cultural Corpo Rastreado - Eventos com Intervenções Culturais e Apresentações Artísticas - R$ 97.357,00
- Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco Do Beco - Intervenções Culturais e Apresentações Artísticas - R$ 100.000,00
- Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco Do Beco - Projeto Cultural - Documentário - R$ 191.999,00
- Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco Do Beco - Projeto Cultural "Sarau do Binho- Matéria Poética" - R$ 150.000,00
- Associação Da Casa Dos Deficientes De Ermelino Matarazzo - Custeio e Investimento (Aquisição de Equipamentos) - R$ 300.000,00

- Associação De Familiares E Amigos De Presos E Presas E Internos Da Fundação Casa - Construir política de proximidade e acesso a direitos de familiares de presos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade, visando o exercício ativo da cidadania emancipatória - R$ 120.007,43
- Associação Latino Americana De Arte E Cultura - Alac - Realização de Festival Cultural - R$ 100.000,00
- Associação Rede Rua - Projeto Cultural - R$ 250.000,00
- Associação Dos Sambistas, Terreiros E Comunidades De Samba Do Estado De São Paulo - Apresentações Culturais e Oficinas Musicais - R$ 97.357,00
- Bibli-Aspa - Biblioteca/Centro De Pesquisa América Do Sul, Países Árabes E África - Educação em Direitos Humanos para Imigrantes - R$ 100.000,00
- Casarão Brasil - Associação Lgbti - Custeio - R$ 177.357,00
- Centro De Convivência É De Lei - Projeto "Cidadania: Direitos Humanos para emancipação de pessoas em situação de vulnerabilidades" - R$ 227.357,00
- Centro De Direitos Humanos E Cidadania Do Imigrante - Espaço Migrantes - Atendimento e Orientação em Direitos Humanos para Migrantes e Refugiados - R$ 227.356,00
- Centro De Direitos Humanos E Ed.Popular De Campo Limpo - Construção de uma rede colaborativa de enfrentamento de violação de direitos humanos, acesso à justiça e ações de promoção de cidadania emancipatória - R$ 177.357,00
- Centro De Estudos Brasil Popular - Projeto Cultural - R$ 100.000,00
- Centro Popular De Mídias - Projeto Cultural - R$ 250.000,00
- Coletivo Digital - Associação Para A Democratização E Acesso À Sociedade Da Informação - Cultura Digital - R$ 200.000,00

- Fundacao Sao Paulo - Educação em Direitos Humanos e Violência Policial: Uma Análise sobre a Violência de Gênero e a Violência Racial no Estado de São Paulo sob a Perspectiva dos Direitos Humanos - R$ 150.000,00
- Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da Usp - Custeio para o Instituto de Ortopedia e Traumatologia - IOT do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP São Paulo - HCFMUSP - R$ 178.730,68
- Ilú Obá De Min - Projeto Cultural - R$ 127.357,00
- Iniciativa Negra Por Uma Nova Política De Drogas - ProjetomCultural - R$ 125.000,00
- Instituto Çarê - Centro Cultural Recanto Rocha - Realização de Projeto Cultural - R$ 127.357,00
- Instituto Cidades Sustentáveis - Realização de Pesquisa Cultural - R$ 249.128,00
- Instituto Museu Da Pessoa.Net - Pesquisa e Projeto Culturais - R$ 100.000,00
- Instituto Terra, Trabalho E Cidadania - Ittc - Garantia de acesso a direitos e cidadania inclusiva de mulheres migrantes egressas do sistema prisional e seus familiares. - R$ 177.357,89
- Movimento De Pimpadores - Festival Cultural - R$ 100.000,00
- Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 - Formação, Produção e Difusão Culturais com Podcasts - R$ 150.000,00
- Palavra Livre - Pesquisa e Produção de Conteúdos Culturais - R$ 250.000,00
- Prefeitura - Projeto Social com Egressos e Familiares via Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo em parceria com IREC - Instituto Resgata Cidadão - R$ 177.357,00

- Serviço Franciscano De Solidariedade Sefras - parceria com o Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades (Cepedoc) da Faculdade de Saúde Pública da USP com foco na formação psicossocial a pessoas em situação de rua - R$ 200.000,00
- UNAS União De Núcleos, Associações Dos Moradores De Heliópolis E Região - Realização de Oficinas Culturais - R$ 250.000,00
- Universidade De São Paulo - Usp - Criação do Laboratório de Dados em Políticas Públicas na EACH USP LESTE - R$ 177.358,77
- Universidade De São Paulo - Usp - Investimento (aquisição de equipamentos) e custeio em saúde para aprimoramento de atendimento de pessoas vivendo com HIV - R$ 250.000,00
- Universidade De São Paulo - Usp - Projeto de Extensão - FFLCH: fortalecimento de rede de defesa de direitos de pessoas migrantes e refugiadas - R$ 177.357,00

AMERICANA (1):

- Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Americana - Aquisição de Equipamentos em Saúde para Instalação de Sala Sensorial - R$ 200.000,00

AMPARO (1):

- Prefeitura - Saúde / Centro de Referência de Autismo - R$ 200.000,00

AVARÉ (1):

- Prefeitura - Aquisição de Equipamentos em Saúde para Prefeitura Municipal de Avaré - R$ 176.000,00

BOTUCATU (1):

- Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" - Unesp - Pesquisa sobre uso veterinário de cannabis medicinal em cães pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UNESP Campus Botucatu - R$ 100.000,00

CAMPINAS (4):

- Associação De Mulheres Negras Agbara - Afrofuturos: olhares negros para a promoção de direitos humanos - R$ 127.355,00
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Aquisição de equipamentos para aprimoramento de análises toxicológicas - CIATox UNICAMP - R$ 200.000,00
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Custeio em Saúde para Mamotomia pelo Hospital da Mulher da UNICAMP/CAISM - R$ 254.602,08
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Realização de eventos acadêmicos para discussão e formação de rede internacional de pesquisa sobre a situação atual e desenvolvimento de políticas na América Latina acerca de temas como renda básica, estratégias de adaptação e mitigação à mudança climática e desigualdades globais - R$ 150.000,00

CAPIVARI (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde para Prefeitura Municipal de Capivari - R$ 200.000,00

CONCHAS (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde para Prefeitura Municipal de Conchas - R$ 200.000,00

FARTURA (1):

- Santa Casa De Misericordia De Fartura - Custeio em Saúde para aquisição de medicamentos e materiais de consumo médico e hospitalar - R$ 200.000,00

GUARULHOS (2):

- Associação Beneficente Jesus, José E Maria - Aquisição de Equipamentos em Saúde para Maternidade Jesus, José e Maria de Guarulhos - R$ 200.000,00

- Prefeitura - Educação permanente para atenção especializada em saúde mental (RAPS) do Município de Guarulhos, pela Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos - R$ 210.000,00

JUNDIAÍ (2):

- Grupo Em Defesa Da Criança Com Câncer - Grendacc - Custeio - R$ 200.000,00
- Prefeitura - Custeio em Saúde para a Prefeitura Municipal de Jundiaí - R$ 200.000,00

MATÃO (2):

- Prefeitura - Custeio em Saúde para Prefeitura Municipal de Matão - R$ 200.000,00
- Prefeitura - Custeio em Saúde para Prefeitura Municipal de Matão - R$ 300.000,00

MAUÁ (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde para Prefeitura Municipal de Mauá - R$ 300.000,00

OSASCO (1):

- Instituto Sophia Vercelli Habilitação E Reabilitação Neurofuncional Atípico - Educação em Direitos Humanos - R$ 74.000,00

PRESIDENTE PRUDENTE (1):

- Fundação Hospital Regional Do Câncer Da Santa Casa De Misericórdia De Presidente Prudente - Investimento (Aquisição de Equipamentos) em Saúde para o Hospital Regional do Câncer de Presidente Prudente - R$ 254.602,16

RIBEIRÃO PIRES (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde (Atendimento com Óleo Cannabis Medicinal) - R$ 250.000,00

RIBEIRÃO PRETO (1):

- Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina De Ribeirão Preto - Usp - Aquisição de Equipamentos em Saúde para Modernização de Centro Cirúrgico do Hospital de Alta Complexidade - R$ 254.602,08

SÃO BERNARDO DO CAMPO (1):

- Casa Neon Cunha - Educação em Direitos Humanos para População LGBTQIAPN+ - R$ 77.357,00

SÃO CARLOS (1):

- Fundacao De Apoio Inst Ao Desenv Cient E Tecnologico - Custeio do Programa de Apoio à Ciência e Tecnologia do IFSP - Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de São Paulo. - R$ 250.000,00

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (2):

- Grupo De Assistência À Criança Com Câncer - Custeio em Saúde para o Hospital GACC Vale do Paraíba Grupo de Assistência à Criança com Câncer - R$ 100.000,00
- Instituto Das Pequenas Missionarias De Maria Imaculada - Obra De Ação Social Pio Xii - Custeio em Saúde para o Hospital Pio XII - R$ 100.000,00

SÃO VICENTE (1):

- Instituto Adesaf (Articulação De Tecnologias Sociais E Ações Formativas) - Custeio e Investimento (Aquisição de Equipamentos) - R$ 350.000,00

SOROCABA (2):

- Banco De Olhos De Sorocaba - Custeio em Saúde para o BOS - Banco de Olhos de Sorocaba - R$ 254.602,00
- Irmandade Da Santa Casa De Misericórdia De Sorocaba - Aquisição de Equipamentos em Saúde para Santa Casa de Sorocaba - R$ 200.000,00

TAQUARITINGA (1):

- Hospital De Olhos Lions - Manoel Dante Buscardi - Custeio em Saúde para o Hospital de Olhos Lions "Manoel Dante Buscardi" - R$ 200.000,00

TATUÍ (1):

- Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - Tatuí - Aquisição de Equipamentos em Saúde para APAE Tatuí - R$ 200.000,00

UBATUBA (1):

- Prefeitura - Custeio para Saúde Indígena - R$ 200.000,00

2025

Transferências Voluntárias - 34 emendas - R$ 9.600.000,00

SÃO PAULO (5):

- Associação Beneficente De Assistência Social Nossa Senhora Do Pari - Custeio - R$ 275.000,00
- Fundação Oswaldo Ramos - Aquisição de equipamentos - R$ 275.000,00
- Hospital Heliópolis - Custeio - R$ 500.000,00
- Instituto De Infectologia Emílio Ribas - Investimento - Aquisição de equipamentos em saúde - R$ 500.000,00
- Instituto Do Câncer Arnaldo Vieira De Carvalho - Aquisição de equipamentos - R$ 1.000.000,00

AMÉRICO BRASILIENSE (1):

- Prefeitura - Aquisição de Veículo e Equipamentos para Saúde - R$ 200.000,00

AMPARO (1):

- Associação Das Damas De Caridade - Custeio - R$ 200.000,00

BAURU (1):

- Organização Da Sociedade Civil Portas Abertas - Custeio - R$ 200.000,00

BEBEDOURO (1):

- Lar Do Idoso - Servas Do Senhor - Investimento - Aquisição de Equipamentos - R$ 200.000,00

BROTAS (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

ELDORADO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

FARTURA (1):

- Santa Casa De Misericordia De Fartura - Investimento - Aquisição de Equipamentos em Saúde - R$ 100.000,00

FRANCA (1):

- Fundação Espírita Allan Kardec - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

GUARARAPES (1):

- Prefeitura - Investimento - Aquisição de Equipamentos em Saúde - R$ 150.000,00

HORTOLÂNDIA (1):

- Associação Instituto Das Irmãs Missionárias Da Imaculada Rainha Da Paz - Aquisição de Equipamentos - R$ 200.000,00

IARAS (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

ITAPECERICA DA SERRA (1): (1):

- Hospital Geral De Itapecerica Da Serra - Investimento - Aquisição de equipamentos em saúde - R$ 500.000,00

ITATIBA (1):

- Irmandade Da Santa Casa De Misericórdia De Itatiba - Custeio em Saúde - R$ 250.000,00

JABOTICABAL (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

JUNDIAÍ (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 300.000,00

LUCIANÓPOLIS (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 225.000,00

MATÃO (2):

- Prefeitura - Infraestrutura - Recapeamento - R$ 150.000,00
- Prefeitura - Infraestrutura Urbana - Recapeamento - R$ 500.000,00

MAUÁ (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 500.000,00

OSASCO (1):

- Prefeitura - Custeio para Saúde da Mulher - R$ 200.000,00

REGISTRO (1):

- Corpo De Bombeiros Da Polícia Militar Do Estado De São Paulo - Investimento - Aquisição de Equipamentos para Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo no Município de Registro - R$ 250.000,00

SANTA LÚCIA (2):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00
- Prefeitura - Infraestrutura Urbana - R$ 225.000,00

SANTOS (1):

- Prefeitura - Investimento - Aquisição de Equipamentos em Saúde - R$ 250.000,00

SERRA NEGRA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

TABOÃO DA SERRA (2):

- Hospital Geral De Pirajussara - Custeio - R$ 500.000,00
- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

TATUÍ (1):

- Prefeitura - Construção de quadra esportiva no bairro Novo Horizonte - R$ 350.000,00

UBATUBA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 250.000,00

2026

Emendas Parlamentares Impositivas: 73 emendas - R$ 13.150.351,00

SÃO PAULO (40):

- Ação Educativa Assessoria, Pesquisa E Informação - Projeto cultural - R$ 100.000,00
- Associação Comunitária Cultural Quilombaque - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Associação Da Casa Dos Deficientes De Ermelino Matarazzo - Custeio - R$ 150.000,00
- Associação Para Apoio De Refugiados - Instituto Estou Refugiado - Projeto de promoção da cidadania para Nacionais do Afeganistão - R$ 150.000,00
- Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco Do Beco - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Associacao De Desenvolvimento Agrícola Interestadual - Projeto Cultural - R$ 150.000,00

- Athena - Associação De Desenvolvimento Humano, Cultura E Arte - Projeto cultural - R$ 140.000,00
- Centro De Apoio Ao Imigrante (Cami) - Prevenir e combater o trabalho análogo à escravidão e o tráfico de pessoas por meio da formação e mobilização de migrantes e refugiados - R$ 150.000,00
- Centro De Convivência É De Lei - Projeto Cultural - R$ 150.000,00
- Centro De Convivência É De Lei - Projeto de fortalecimento da autonomia das mulheres - R$ 200.000,00
- Centro De Direitos Humanos E Ed.Popular De Campo Limpo - Promoção de Ações de Direitos Humanos - R$ 150.000,00
- Centro Educação Tecnologia Paula Souza - Ceeteps - Implantação da Sala de Interação Criativa (Espaço Maker) na Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC São Paulo -R$ 200.000,00
- Centro Gaspar Garcia De Direitos Humanos - Formação em Direitos Humanos - R$ 150.000,00
- Centro Interescolar Pequenos Do Amor - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Centro Popular De Mídias - Projeto cultural - R$ 250.000,00
- Colsan - Associação Beneficente De Coleta De Sangue - Custeio - R$ 200.000,00
- Cooperativa Paulista De Teatro - Projeto Cultural - R$ 150.000,00
- Cren - Centro De Recuperação E Educação Nutricional - Educação em Direitos Humanos para Jovens - R$ 150.000,00
- Ecofalante - Mostra cultural - audiovisual - R$ 150.000,00
- Fundação Oswaldo Ramos - Custeio - R$ 380.000,00
- Iniciativa Negra Por Uma Nova Política De Drogas - Projeto Cultural - R$ 100.000,00
- Iniciativa Negra Por Uma Nova Política De Drogas - Projeto Cultural - R$ 150.000,00

- Iniciativa Negra Por Uma Nova Política De Drogas - Projeto de Direitos Humanos para Cidadania Ativa - R$ 150.000,00
- Instituto Cidades Sustentáveis - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Instituto De Pesquisas Tecnológicas - Ipt - Manutenção e reforma da infraestrutura do Laboratório de Segurança ao Fogo e Explosões do IPT - R$ 175.175,00
- Instituto De Tecnologia Social - Its Brasil - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Instituto Pombas Urbanas - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Instituto Suel Abujamra - Custeio - R$ 300.000,00
- Instituto Vladimir Herzog - Projeto cultural - R$ 150.000,00
- Mstc Movimento Sem Teto Do Centro - Formação em Direitos Humanos - R$ 150.000,00
- Organização De Auxílio Fraterno - Projeto Cultural - R$ 150.000,00
- Organização Social Amálgamar, Formação Popular, Consultoria, Advocacy E Interseccionalidade (Osafpcai) - Projeto Cultural - R$ 200.000,00
- Samaritano São Francisco De Assis - Investimento - R$ 150.000,00
- Serviço Franciscano De Solidariedade Sefras - Custeio - R$ 150.000,00
- Sitawi - Justiça social e ambiental para povos originários em São Paulo - R$ 250.000,00
- Turma Do Bem - Projeto cultural - R$ 100.000,00
- UNAS União De Núcleos, Associações Dos Moradores De Heliópolis E Região - Projeto Cultural - R$ 150.000,00
- UNAS União De Núcleos, Associações Dos Moradores De Heliópolis E Região - Custeio - R$ 300.000,00
- Universidade De São Paulo - Usp - Segunda etapa de implantação e qualificação do LDPP - Laboratório de Dados em Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP-Leste) - R$ 150.000,00

- Universidade De São Paulo - Usp - Capacitação por meio da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular via Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária - R$ 200.000,00

ASSIS (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

BOM JESUS DOS PERDÕES (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

BOTUCATU (1):

- Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina De Botucatu - Hcfmb - Investimento - R$ 400.001,00

CAMPINAS (2):

- Serviço De Saúde Dr. Cândido Ferreira - Custeio - R$ 350.000,00
- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - Pesquisa sobre Memória e Verdade: DOI-CODI - R$ 150.000,00

CONCHAL (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

COTIA (1):

- Aliança Internacional Do Animal - Custeio - R$ 60.000,00

DIADEMA (1):

- Hospital Estadual De Diadema - Custeio - R$ 350.000,00

GUARULHOS (2):

- Associação Bárbara Cristina Sá - Oficinas culturais - R$ 150.000,00
- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

JALES (1):

- Fundação Pio Xii - Hospital De Amor Jales - Investimento - R$ 150.000,00

LORENA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

LUCIANÓPOLIS (1):

- Prefeitura - Investimento - R$ 150.000,00

MATÃO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

MAUÁ (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 400.000,00

OSASCO (1):

- Instituto Sophia Vercelli Habilitação E Reabilitação Neurofuncional Atípico - Projeto de Direitos da Pessoa com Deficiência e Metodologia de Terapia Comunitária Integrativa - R$ 150.000,00

OURINHOS (1):

- Associação Da Santa Casa De Misericórdia De Ourinhos - Custeio - R$ 290.000,00

PEREIRA BARRETO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 100.000,00

PERUÍBE (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 100.000,00

PINDAMONHANGABA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

PRATÂNIA (1):

- Prefeitura - Investimento - R$ 150.000,00

RIBEIRÃO PIRES (1):

- Apraespi - Associação De Prevenção, Atendimento Especializado E Inclusão Da Pessoa Com Deficiencia - Custeio - R$ 200.000,00

RIO CLARO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

SANTA LÚCIA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

SANTO ANDRÉ (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA (1):

- Prefeitura - Investimento - R$ 180.000,00

SÃO CARLOS (2):

- Fundacao De Apoio Inst Ao Desenv Cient E Tecnologico - Bolsas de Pesquisa "PACTec" (Programa de Apoio à Ciência e Tecnologia do IFSP) para o Campus Pirituba - R$ 150.000,00
- Fundacao De Apoio Inst Ao Desenv Cient E Tecnologico - Ferramenta computacional com IA aplicada para análise automática como instrumento para redução do Consumo de Energia Elétrica do Campus São Paulo - R$ 100.000,00

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1):

- Fundação Faculdade Regional De Medicina De São José Do Rio Preto - Custeio - R$ 400.000,00

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1):

- Grupo De Assistência À Criança Com Câncer - Custeio - R$ 250.000,00

TAQUARITINGA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 150.000,00

TATUÍ (1):

- Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - Tatui - Custeio - R$ 150.000,00

UBATUBA (1):

- Prefeitura - Custeio para ações e serviços de saúde indígena - R$ 275.175,00

2026

Transferências Voluntárias - 17 emendas - R$ 4.700.000,00

SÃO PAULO (6):

- Associação Da Casa Dos Deficientes De Ermelino Matarazzo - Aquisição de Equipamentos - R$ 300.000,00
- Associação De Assistência À Criança Deficiente - Aacd Ibirapuera - Custeio - R$ 300.000,00
- Hospital Geral De Taipas - Custeio - R$ 400.000,00
- Irmandade Da Santa Casa De Misericórdia De São Paulo - Custeio - R$ 400.000,00
- Prefeitura - Custeio em saúde para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Campo Limpo - R$ 400.000,00
- Universidade De São Paulo - Usp - Estudo sobre pares no acompanhamento de tratamentos da HIV em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo Campus Capital (FMUSP) - R$ 300.000,00

ARARAQUARA (1):

- Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" - Unesp - Qualificação e Adequação do Laboratório de Controle de Qualidade e Implementação de Boas Práticas na Produção de Cannabis Medicinal, parceria entre UNESP Campus Araraquara e Associação Terapêutica Flor da Vida: Garantindo a Qualidade e a Segurança para a População - R$ 300.000,00

CAMPINAS (1):

- Universidade Estadual De Campinas - Unicamp - CIATox-Campinas: Fortalecimento da Vigilância Toxicológica e da Assistência a Populações Vulneráveis frente às Intoxicações por Metanol e Outros Álcoois Tóxicos no Estado de São Paulo - R$ 300.000,00

ITATINGA (1):

- Secretaria Da Educação - Custeio para qualificação da Quadra e do Telhado do "Ginásio de Esportes da Escola Estadual de Ensino Integral P.E.I Inah Lopes de Oliveira Macedo", do Município de Itatinga - R$ 400.000,00

LUCIANÓPOLIS (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

MATÃO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

MAUÁ (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

RINCÃO (1):

- Lar Dos Pobres E Dispensa Vicentina De Rincão - Custeio - R$ 200.000,00

SANTA CRUZ DO RIO PARDO (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

SANTA LÚCIA (1):

- Prefeitura - Custeio em Saúde - R$ 200.000,00

UBATUBA (2):

- Secretaria Da Educação - Construção (Investimento) de Cobertura na Quadra da "Escola Estadual Dionísia Bueno Velloso Professora", do Município de Ubatuba, no Bairro de Perequê Açu - R$ 200.000,00
- Secretaria Da Educação - Reforma (Custeio) de Quadra na "Escola Estadual Dionísia Bueno Velloso Professora", do Município de Ubatuba, no Bairro de Perequê Açu - R$ 200.000,00

SUPLICY★